



UNHCR
The UN Refugee Agency

CONSULTAS COMUNITÁRIAS SOBRE SOLUÇÕES DURADOURAS

Perspectivas e desafios para as pessoas
deslocadas no Norte de Moçambique

Janeiro – Junho 2024



Índice

Agradecimentos	3
RESUMO EXECUTIVO	4
Principais Conclusões	5
Recomendações	8
CONSULTAS COMUNITÁRIAS SOBRE SOLUÇÕES DURADOURAS	11
Introdução	11
Metodologia	14
CABO DELGADO	18
Intenções de Soluções Duradouras	18
Desafios para a Integração Local	24
Desafios à Reintegração nas Zonas de Retorno	1825
Informação e Comunicação sobre Soluções Duradouras.....	31
NAMPULA	39
Intenções sobre Soluções Duradouras	39
Desafios para a Integração Local.....	46
Informação e Comunicação sobre Soluções Duradouras.....	48

Agradecimentos

As conclusões deste relatório resultam de consultas comunitárias com pessoas deslocadas à força e outras pessoas afectadas pelo conflito no norte de Moçambique, lideradas pelo ACNUR, em parceria com a Helpcode e em estreita colaboração com o Governo de Moçambique, especificamente o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD). Estamos gratos pela colaboração e feedback dos parceiros do ACNUR, bem como das autoridades nacionais e locais, e pelo apoio do Fundo de Soluções para o Deslocamento Interno e dos seus generosos doadores, Suíça, Noruega e Alemanha.

Sobretudo, agradecemos às próprias pessoas afectadas, que se dispuseram a partilhar connosco o seu tempo, conhecimentos, opiniões, esperanças e planos. Se as conclusões aqui apresentadas puderem ajudar a orientar as autoridades e outros intervenientes relevantes no sentido de apoiarem mais eficazmente as pessoas afectadas a encontrarem soluções duradouras para o seu deslocamento, teremos atingido o nosso objetivo.

CONTACTE-NOS

Nome: Zachary Lefenfeld, Oficial de Protecção, ACNUR Moçambique

Email: lefenfz@unhcr.org

Nome: Stephanie Ferry, Oficial de Relações com os Doadores, ACNUR Moçambique

Email: ferry@unhcr.org

Nome: Shafqat Mehmood, Oficial de Gestão da Informação, ACNUR Moçambique

Email: mehmood@unhcr.org

Website: [UNHCR Mozambique](https://www.unhcr.org/mozambique)

Em colaboração e com o apoio de:



República de Moçambique



Internal Displacement
Solutions Fund



Resumo Executivo

Para alcançar soluções duradouras para as pessoas deslocadas à força, é essencial que as respostas do Governo, bem como dos actores humanitários, de desenvolvimento e de paz (HDP), sejam informadas por uma compreensão clara das necessidades, riscos, capacidades, perspectivas, prioridades e intenções das pessoas afectadas. O ACNUR e o parceiro Helpcode, em colaboração e apoio ao Governo de Moçambique, conduziram conjuntamente consultas comunitárias com pessoas deslocadas e retornadas sobre as suas intenções sobre soluções duradouras; desafios à integração local nas áreas de deslocamento e reintegração nas áreas de retorno; e necessidades de informação e comunicação sobre soluções duradouras. Os membros da comunidade de acolhimento também foram consultados sobre os tópicos relevantes acima referidos. Com base em consultas quantitativas com uma amostra estatisticamente representativa de 6.685 agregados familiares e 172 consultas qualitativas através de entrevistas a informadores-chave (KII) e

as Discussões em Grupos Focais (FGDs), o presente relatório apresenta os resultados das Consultas Comunitárias do ACNUR sobre Soluções Duradouras durante o Primeiro Semestre de 2024. Isto representa uma componente central do projecto mais vasto do ACNUR de Engajamento Comunitário em Soluções Duradouras que está a ser implementado em 2024-2025. Tem como objectivo informar o Governo e os actores do PDS no seu desenvolvimento de políticas e programas que procuram soluções duradouras para as pessoas deslocadas à força em Moçambique.

***"Tudo o que eu quero é estar em segurança.
Já fui deslocada duas vezes devido a conflitos. Não quero arriscar uma terceira vez, mas precisamos de apoio para sustentar as nossas famílias. Não podemos ser esquecidos."***

— Rose, mulher deslocada na localidade de Nandimba, distrito de Mueda, Cabo Delgado



As mulheres cuidam dos seus pequenos negócios na localidade de Nandimba, Mueda, Cabo Delgado, nos seus esforços de integração local.

Principais Conclusões

1 A medida que o deslocamento se torna mais prolongada, uma maior proporção de pessoas deslocadas pretende permanecer e integrar-se localmente

Em Cabo Delgado, 36% dos inquiridos pretendem permanecer e integrar-se localmente nas áreas de deslocamento; 35% pretendem eventualmente retornar um dia aos seus locais de origem, e 29% estão indecisos. Em Nampula, 70% dos inquiridos pretendem permanecer e integrar-se localmente; 24% pretendem eventualmente retornar um dia aos seus locais de origem; e 6% estão indecisos. Estes números representam um aumento significativo em relação às conclusões das consultas comunitárias do ACNUR de 2022-2023 sobre intenções, o que indica que quanto mais tempo durar o deslocamento, maior é a probabilidade de as pessoas decidirem permanecer e integrar-se localmente. Note-se que praticamente nenhum inquirido comunicou a intenção de se deslocar para um novo local.

Existe uma correlação geral entre o número de anos de deslocamento e a intenção de permanecer e integrar-se localmente. Em Cabo Delgado, os deslocados inquiridos por um ano ou menos tinham a menor intenção de permanecer e integrar-se localmente (29%) em comparação com as outras coortes. Por outro lado, os deslocados inquiridos há cinco anos ou mais apresentaram a maior intenção de permanecer e de se integrar localmente (57%) em comparação com as outras coortes. Em Nampula, os deslocados inquiridos por um ano ou menos também tinham a intenção mais reduzida de permanecer e de se integrarem localmente (45%) em comparação com as outras coortes, com os deslocados inquiridos por três e quatro anos a reportarem a intenção mais elevada de permanecer e de se integrarem localmente (ambos 74%).

Em Cabo Delgado, uma proporção significativamente mais elevada de deslocados inquiridos que vivem em comunidades de acolhimento (44%) relatou que pretende permanecer e integrar-se localmente do que os deslocados inquiridos nos locais (29%). Além disso, um número significativamente maior de deslocados inquiridos fora dos seus distritos de origem pretende permanecer e integrar-se localmente (41%) em comparação com os deslocados inquiridos nos seus distritos de origem (27%).

2 Para a maioria das pessoas deslocadas que desejam retornar, esta intenção continua a ser mais uma aspiração do que uma acção.

Entre os 35% dos inquiridos em Cabo Delgado que pretendem retornar, 73% esclarecem que só o fariam quando a segurança e as condições o permitissem, com um número significativamente maior de deslocados inquiridos fora dos seus distritos de origem (77%) dispostos a retornar apenas quando a segurança e as condições o permitissem, em comparação com os deslocados nos seus distritos de origem (67%).

Entre os 24% dos inquiridos em Nampula que pretendem retornar, 91% esclarecem que só o fariam quando a segurança e as condições o permitissem.

A incapacidade dos inquiridos de definir um prazo específico para o Retorno e a vontade de o fazer apenas no futuro, quando a situação tiver melhorado drasticamente no local de origem, torna a sua intenção de Retorno mais parecida com uma aspiração do que com um plano de acção neste momento.

3 Muitos dos que pretendem permanecer fazem-no por incapacidade de retornar a casa, e não por terem conseguido integrar-se localmente no local de deslocamento.

Entre os 36% dos inquiridos em Cabo Delgado que pretendem permanecer e integrar-se localmente, as duas razões principais são a continuação da insegurança no local de origem (41%) e o trauma persistente de incidentes de protecção no local de origem (17%). De igual modo, entre os 70% dos inquiridos em Nampula que pretendem permanecer e integrar-se localmente, as duas principais razões são a contínua insegurança no local de origem (42%) e a falta de informação credível sobre as condições no local de origem (13%). Os FGDs revelaram que as mulheres deslocadas em Nampula também citam traumas causados por incidentes de protecção no local de origem como uma razão principal para desejarem permanecer e integrar-se localmente.

4 As pessoas deslocadas que pretendem retornar são parcialmente levadas a fazê-lo pela falta de oportunidades e pelas condições não favoráveis no local de deslocamento.

Entre os 35% dos inquiridos em Cabo Delgado que pretendem retornar, a principal razão relatada é a falta de serviços/assistência no local de deslocamento (27%). Entre os 24% dos inquiridos em Nampula que pretendem retornar, as principais razões relatadas são a falta de oportunidades de meios de sobrevivência (28%) e a falta de serviços/assistência (24%) no local de deslocamento.

5 As pessoas deslocadas e as Retornadas enfrentam desafios a nível da integração e reintegração locais.

As principais necessidades relatadas entre as pessoas deslocadas em Cabo Delgado que desafiam a sua integração local são o acesso a alimentos (24%); segurança e protecção (21%); acesso a documentação (20%); acesso à educação (17%); acesso a abrigo (13%); acesso a meios de sobrevivência (13%); acesso e restauração de habitação, terra e propriedade, incluindo a segurança da posse da terra (13%); e acesso a recursos e justiça eficazes, incluindo assistência jurídica (10%).

Os retornados em Cabo Delgado também relataram desafios relacionados com a reintegração, sendo as principais necessidades o acesso a alimentos (26%); segurança e protecção (25%); acesso a documentação (23%); acesso a abrigo (17%); acesso a educação (15%); acesso e recuperação de habitação, terra e propriedade, incluindo a segurança da posse da terra (12%); e acesso a meios de subsistência (11%).

As pessoas deslocadas em Nampula relataram desafios para a integração local, sendo as principais necessidades relatadas o acesso a alimentos (33%); acesso a documentação (27%); segurança e protecção (21%); restauração da habitação, terra e propriedade, incluindo a segurança da posse da terra (20%); acesso a abrigo (16%); acesso a recursos e justiça eficazes, incluindo assistência jurídica (11%); acesso a meios de subsistência (10%); e acesso à educação (10%).

Além disso, com destaque nas KIIs e FGDs em Cabo Delgado e Nampula, os conflitos entre as comunidades deslocadas e de acolhimento continuam a representar desafios significativos para a integração local das pessoas deslocadas, incluindo conflitos de terra, expulsões coercivas, violência sexual, discriminação, ameaças, agressão física e outros incidentes de protecção. Os conflitos com a comunidade de acolhimento também se encontram entre as quatro principais razões referidas pelos inquiridos em Nampula para desejarem retornar (13%).

As discussões dos grupos de foco e as entrevistas com as comunidades de acolhimento em Cabo Delgado e Nampula destacaram os desafios que enfrentam, incluindo o acesso a água, educação, serviços de saúde, terras agrícolas, alimentos e habitação adequada. Também se ressentem da sua exclusão da assistência humanitária, citando este facto e as questões relacionadas com o uso da terra como pontos de inflamação para o conflito com os deslocados internos.

6 Praticamente todos os Retornados, apesar das condições difíceis no local de origem, pretendem continuar no local se não houver novos ataques.

Embora as conclusões tenham mostrado que os retornados em Cabo Delgado continuam a enfrentar graves desafios à reintegração, 99% dos retornados inquiridos não se arrependem de ter Retornado e 98% não planeiam partir novamente. As principais razões para o Retorno foram a melhoria da segurança (24%); o acesso a habitação, terra ou propriedade (18%); e o reencontro com familiares que já tinham Retornado (18%).

7 As pessoas afectadas recebem informações de várias fontes e canais, mas muitas delas, especialmente as mulheres, ainda carecem de informações.

Muitas pessoas afirmaram não receber informação suficiente sobre soluções duradouras, serviços, assistência, segurança e outras questões relacionadas com o seu deslocamento, especialmente as mulheres. Em Cabo Delgado, 28% dos inquiridos referem não receber qualquer informação, principalmente porque não sabem a quem perguntar (47%), e 39% referem recebê-la apenas ocasionalmente. Os principais tipos de informação que os inquiridos necessitam nos locais de deslocamento e de origem em Cabo Delgado são

o acesso a alimentos (27%); acesso a abrigo (17%); acesso a documentação (13%); segurança e protecção (13%); acesso a meios de subsistência (12%); acesso à educação (11%); acesso a acesso a recursos efectivos e à justiça, incluindo assistência jurídica (9%); acesso a cuidados de saúde (11%); e acesso a água e saneamento (10%). Em Nampula, 39% afirmam não receber qualquer informação, principalmente por não saberem a quem perguntar (53%), e 15% apenas às vezes. Os principais tipos de informação de que os inquiridos em Nampula necessitam são sobre acesso a alimentos (33%); acesso a abrigo (20%); segurança e protecção (20%); acesso a meios de subsistência (17%); recuperação de habitação, terra e propriedade, incluindo segurança da posse da terra (17%); acesso a documentação (12%); acesso a educação (10%); acesso a cuidados de saúde (10%); e acesso a água e saneamento (5%). Em ambas as províncias, uma proporção significativamente mais elevada de mulheres (32% em Cabo Delgado e 49% em Nampula) declara não ter recebido informação do que os homens (21% em Cabo Delgado e 30% em Nampula).

Os canais de informação actuais da maioria das pessoas afectadas são presenciais (74% em Cabo Delgado e 54% em Nampula) e via rádio (19% em Cabo Delgado e 41% em Nampula). As KIIs e FGDs demonstraram que estes são também os seus canais de informação preferidos.

A fonte de informação real da maioria das pessoas afectadas são os líderes comunitários (81% em Cabo Delgado e 71% em Nampula) (salientando que muita da informação que os líderes comunitários têm vem do Governo). As KIIs e os FGDs também

constatou que muitas pessoas afectadas confiam nos líderes comunitários como a sua fonte preferida de informações gerais, mas muitas também apelam à eliminação dos intermediários e preferem receber informações específicas diretamente do Governo, dos agentes humanitários e de desenvolvimento, de acordo com as suas competências.

Muitas pessoas deslocadas precisam de informações sobre o seu local de origem. Em Cabo Delgado, 21% dos inquiridos afirmaram precisar de informação sobre o local de origem para decidir se querem integrar-se localmente ou retornar. Em Nampula, 36% dos inquiridos relataram o mesmo. Em ambas as províncias, a maioria dos inquiridos necessita principalmente de informação sobre a situação de segurança no local de origem, seguida dos serviços/assistência disponíveis e do acesso às escolas. Contudo, as KIIs e os FGDs em ambas as províncias revelaram que muitas pessoas deslocadas recebem alguma informação sobre segurança de familiares e amigos que já retornaram, mas que esses mesmos familiares e amigos não conseguem fornecer informação exacta sobre os serviços/assistência disponíveis no local de origem.

As discussões dos Grupos Focais e as Entrevistas com Informadores-Chave com as comunidades de acolhimento em Cabo Delgado revelaram que os líderes das comunidades de acolhimento são a sua fonte de informação mais fiável, seguidos pelas autoridades governamentais. As KIIs revelaram ainda que a informação mais procurada pelas comunidades de acolhimento diz respeito à assistência humanitária, seguida de actualizações sobre a situação de segurança nos distritos de Cabo Delgado afectados pelo conflito



©UNHCR/Lara Bommers

Uma rapariga deslocada acompanha na localidade de deslocamento de Nicuapa, em Montepuez, Cabo Delgado, onde decorrem os esforços para converter o local numa aldeia através do estabelecimento de serviços e infra-estruturas básicas, criando condições para a integração local.

Recomendações

- 1 A planificação eficaz de soluções duradouras deve ter em conta o local onde as populações deslocadas se encontrarão a médio e longo prazos e concentrar-se igualmente em todas as vias de soluções duradouras.**
 - Para saber onde estarão as pessoas deslocadas a médio e longo prazo e para compreender a evolução dos seus planos ao longo do tempo, **recomenda-se que os responsáveis pelas soluções consultem regularmente as comunidades sobre os seus objectivos em matéria de soluções duradouras.** Ao mesmo tempo, estes exercícios **devem distinguir entre intenções aspiracionais e acionáveis.** Para a maioria dos que querem retornar, esta intenção continua a ser uma aspiração nesta fase, e não uma ação, marcada por uma incapacidade de definir um calendário para o Retorno e uma vontade de o fazer num momento não especificado no futuro, quando a segurança e as condições no local de origem tiverem melhorado significativamente

- Com uma proporção tão grande e aparentemente crescente da população que pretende integrar-se localmente, **recomenda-se que os intervenientes nas soluções se concentrem tanto na melhoria das condições nos lugares de integração local como nos locais de retorno,** garantindo segurança e protecção; um nível de vida adequado; acesso a meios de subsistência; habitação, terra e direitos de propriedade; acesso a documentação; reunificação familiar; participação nos assuntos públicos; acesso a vias de recurso efectivas e à justiça; e coesão social e consolidação da paz entre as comunidades..
- Relativamente a este último, **recomenda-se que os intervenientes nas soluções abordem a coesão social e a construção da paz através de uma perspectiva de idade, género e diversidade (AGD),** uma vez que estes grupos são frequentemente afectados de forma desproporcionada pelos conflitos intercomunitários.

- Devido ao elevado número de pessoas deslocadas **no campo de reassentamento internos de Corrane**, na província de Nampula, que pretendem permanecer e integrar-se localmente, **recomenda-se que os intervenientes nas soluções desenvolvam um plano sustentável a longo prazo para o local.**

2 Os intervenientes nas soluções podem contribuir para (i) a voluntariedade das decisões de solução das pessoas deslocadas e (ii) a sustentabilidade da integração/reintegração local, garantindo o acesso a direitos, serviços e informações nos locais de deslocamento, retorno e realocação. Muitas pessoas deslocadas que pretendem ficar e integrar-se localmente são levadas a fazê-lo pela incapacidade de retornar ao seu país de origem e não por condições favoráveis à integração local no local onde se encontram. Do mesmo modo, muitas pessoas deslocadas que pretendem retornar são levadas a fazê-lo pela incapacidade de se integrarem localmente no local de deslocamento e não pelas condições favoráveis no local de Retorno. **Recomenda-se que os actores das soluções trabalhem para melhorar as condições nos locais de integração local, de Retorno e de realocação para garantir que as pessoas que optam por qualquer via de solução o façam de forma totalmente voluntária.**

- **Recomenda-se que os actores de soluções apoiem as pessoas deslocadas e os retornados para satisfazerem as suas necessidades a longo prazo, de modo a poderem integrar-se ou reintegrar-se localmente, respetivamente.** As principais necessidades são o acesso sustentável a alimentos; garantias de segurança e protecção; acesso a documentação; acesso à educação para as crianças; acesso ao abrigo e habitação a longo prazo; acesso a meios de subsistência sustentáveis e a actividades geradoras de rendimentos; recuperação da habitação, da terra e da propriedade, incluindo a segurança da propriedade da terra; acesso

a vias de recurso e justiça eficazes, incluindo assistência jurídica; e reunificação familiar.

- Dado que, sem coesão social entre estas comunidades, qualquer prestação de assistência, serviços e iniciativas de desenvolvimento permanecerá aquém de facilitar a integração das pessoas deslocadas nesse local, **recomenda-se que os intervenientes nas soluções implementem programas de coesão social e de construção da paz entre os deslocados e as comunidades de acolhimento, para apoiar a prevenção e a resposta a conflitos intercomunitários, para que a integração local seja uma opção viável de solução duradoura.**

3 Recomenda-se que os actores nas soluções aumentem a partilha de informações com as pessoas afectadas através dos canais preferidos e adaptados a grupos específicos de idade, género e diversidade.

Visto que mais de um terço das pessoas afectadas não dispõe de informação suficiente sobre soluções duradouras, serviços, assistência, segurança e outras questões relacionadas com o seu deslocamento, e que as mulheres recebem muito menos informação do que os homens, **recomenda-se que os actores nas soluções divulguem proactivamente a informação às pessoas afectadas, sem esperar que estas a solicitem, uma vez que muitas delas não sabem a quem perguntar.** A partilha de informações deve ser orientada pela abordagem AGD, **garantindo que as mulheres, os idosos e as pessoas com deficiência tenham o mesmo acesso à informação que os outros,** e através dos seus canais preferidos

- Muitas pessoas invocam especificamente a falta de informação sobre o local de origem, o que resulta na sua incapacidade de decidir sobre uma via de solução duradoura. Do mesmo modo, muitas pessoas deslocadas não dispõem de informações sobre os serviços e a assistência disponíveis no local de deslocamento, o que, mais uma vez, põe em causa a sua capacidade de tomar uma decisão informada sobre soluções duradouras. **Recomenda-se que os actores de soluções garantam que a informação sobre locais específicos de Retorno e integração local, especialmente serviços e assistência**

disponíveis, seja incorporada na **partilha de informação**. Embora os líderes comunitários continuem a ser uma fonte primária e fiável de informações gerais e, por conseguinte, devam ser envolvidos nos esforços de divulgação de informações, **recomenda-se que os intervenientes humanitários, de desenvolvimento e governamentais forneçam informações específicas de acordo com as suas competências.**

- **Recomenda-se que os intervenientes nas soluções divulguem informações nas línguas locais e combinem as modalidades presencial e radiofónica** para chegarem de forma eficiente e eficaz às pessoas afectadas. O atendimento presencial e a rádio são os canais actuais e preferidos para a recepção de informações.
- **Recomenda-se que a disseminação da informação seja apoiada pelos mecanismos de coordenação de soluções duradouras e de engajamento comunitário existentes, incluindo os Grupos de Trabalho sobre Soluções (SWG) nacionais e sub-nacionais e os Grupos de Trabalho sobre / Responsabilização das Pessoas Afectadas (GT CE/AAP).**

4

Recomenda-se que os intervenientes nas soluções apliquem uma abordagem baseada na idade, no género e na diversidade ao longo da planificação das soluções e das actividades de engajamento comunitário.

- Ao longo das conclusões deste relatório, as diferentes necessidades das pessoas afectadas de acordo com as suas características de AGD foram objecto de destaque e constituíram a base de variações significativas entre as suas intenções relativamente a soluções duradouras; desafios à integração ou reintegração local; e necessidades de informação e comunicação. Para além das conclusões e recomendações específicas das AGD, apresentadas ao longo deste relatório, esta é uma recomendação **“geral” para que os intervenientes em soluções assumam estas diferenças em toda a planificação de soluções e em todas as actividades de engajamento comunitário. As mulheres, os homens, os rapazes, as raparigas, os idosos, pessoas com deficiência e outras têm diferentes intenções em relação a soluções duradouras; diferentes desafios à integração ou reintegração local ou reintegração; e diferentes necessidades de informação e comunicação.**

"Nós compreendemos que as organizações [humanitárias] queiram ajudar a população deslocada, mas (...) muitas vêm apenas para perguntar como nos sentimos sem oferecer soluções, especialmente para as pessoas com deficiência. Queremos conhecer os líderes que trazem soluções, não apenas aqueles que fazem perguntas."

— Pessoa deslocada com uma deficiência a viver com a comunidade de acolhimento na cidade de Nampula, Nampula

Consultas Comunitárias sobre Soluções Duradouras



O ACNUR consulta uma mulher deslocada no distrito de Mueda, Cabo Delgado, na sequência de relatos de novas chegadas.

Introdução

A insurgência violenta de grupos armados não estatais (GANE) na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, **deslocou mais de um milhão de pessoas** desde o início do conflito em 2017, com a maioria deslocada em Cabo Delgado e um número significativo de deslocados em Nampula e Niassa. Esta **crise de protecção** tem sido caracterizada por graves violações dos direitos humanos, incluindo violações dos direitos da criança; violência baseada no género (VBG); violações de habitação, terra e propriedade (HLP); separação familiar; e restrições de movimento; bem como desafios ao acesso à documentação legal; justiça e assistência jurídica; saúde mental e apoio psicossocial (MHPSS); educação, abrigo, cuidados de saúde e outros serviços básicos. As mulheres, as crianças, os idosos e as pessoas com deficiência são afectados de forma desproporcionada.

Embora persistam os ataques, as deslocções em massa e as **graves necessidades humanitárias e de protecção**, algumas zonas sofreram uma relativa estabilização, permitindo o **Retorno** espontâneo de grande parte da população. Além disso, após mais de meia década de deslocamento, muitas pessoas deslocadas decidem permanecer no local de deslocamento para se integrarem **localmente em vez de retornarem a casa**. Outros podem preferir **deslocar-se** para outras áreas de Moçambique, não vendo perspectivas de recomeçar as suas vidas no local de deslocamento ou no local de origem, e em vez disso procuram a integração num novo local. Enquanto as pessoas deslocadas procuram recomeçar as suas vidas, o Governo, como principal responsável, bem como os actores humanitários, de desenvolvimento e de paz, **devem apoiá-las no seu caminho para soluções duradouras**.

Moçambique é um país piloto no âmbito da **Agenda de Acção do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamento Interno**, desenvolvida de acordo com as recomendações do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamento Interno. A Agenda de Acção procura incrementar a

acção colectiva em matéria de deslocamento interno para melhor resolver, prevenir e enfrentar as crises de deslocamento interno. Para tal, dá prioridade a **abordagens orientadas pelos governos e centradas no desenvolvimento de soluções a longo prazo** para as pessoas deslocadas internamente, com os objectivos de (i) ajudar as pessoas deslocadas a encontrar uma solução duradoura para o seu deslocamento; (ii) prevenir melhor o aparecimento de novas crises de deslocamento; e (iii) garantir que as pessoas deslocadas recebam protecção e assistência eficazes.

O Painel de Nível sobre Deslocações Internas. A Agenda de Acção procura permanecer a acção colectiva em matéria de deslocamento interno para melhor resolver, prevenir e enfrentar as crises de deslocamento interno. Para tal, dá prioridade a **abordagens orientadas pelos governos e centradas no desenvolvimento de soluções a longo prazo** para as pessoas deslocadas internamente, com os objectivos de (i) ajudar as pessoas deslocadas a encontrar uma solução duradoura para o seu deslocamento; (ii) prevenir melhor o aparecimento de novas crises de deslocamento; e (iii) garantir que as pessoas deslocadas recebam protecção e assistência eficazes.

Para se conseguirem soluções duradouras, as pessoas afectadas têm de ser envolvidas de forma significativa, para que participem ativamente nas decisões que afectam as suas vidas; para que as suas necessidades, opiniões, intenções e prioridades informem a programação orientada para as soluções; e para que as suas capacidades de alcançar soluções duradouras sejam reforçadas. A obrigação de envolver as comunidades em soluções duradouras está consagrada no Artigo XI, parágrafo 2 da *Convenção da União Africana para a Protecção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África (Convenção de Kampala)*:

- "Os Estados Partes permitirão que as pessoas deslocadas internamente façam **uma escolha livre e informada sobre o retorno, a integração local ou o deslocamento, consultando-as sobre estas e outras opções e assegurando a sua participação na procura de soluções sustentáveis.**"

A necessidade de engajamento comunitário em soluções duradouras é ainda delineada nas considerações orientadoras e nos compromissos da ONU resultantes da Agenda de Acção sobre Deslocações Internas:

- "As acções destinadas a fazer face às deslocações internas devem reconhecer os direitos e a capacidade de acção das PDI e das comunidades de acolhimento e assegurar a **sua participação activa e informada na tomada de decisões.**"
- **Compromissos da ONU:** "Redobrar os esforços para garantir **uma participação significativa e a inclusão sistemática das PDI e dos membros da comunidade local de todas as idades, géneros e diversidades na tomada de decisões sobre soluções, nomeadamente através do reforço da planificação baseada na comunidade, e defender junto dos Estados a adopção de medidas para garantir que as PDI sejam ouvidas e incluídas na planificação de soluções.**"

Este relatório apresenta os resultados das **consultas comunitárias do ACNUR sobre soluções duradouras durante o primeiro semestre de 2024**. Representa uma componente central do projeto maior do ACNUR de Engajamento Comunitário em Soluções Duradouras que está a ser implementado em 2024-2025. O ACNUR e o parceiro Helpcode, em colaboração e apoio ao Governo de Moçambique, realizaram conjuntamente consultas comunitárias com pessoas deslocadas e repatriadas sobre as **intenções sobre soluções duráveis; desafios à integração local em áreas de deslocamento e reintegração em áreas de retorno; e necessidades de informação e comunicação** em torno de soluções duradouras. Os membros da comunidade de acolhimento também foram consultados sobre os tópicos relevantes acima referidos.

Os **objectivos do relatório e do projecto mais vasto do ACNUR de engajamento comunitário em soluções duradouras são: (i) assegurar que as pessoas afectadas estejam no centro da Agenda de Acção e (ii) que as suas vozes informem a programação e as iniciativas de soluções**

duradouras.

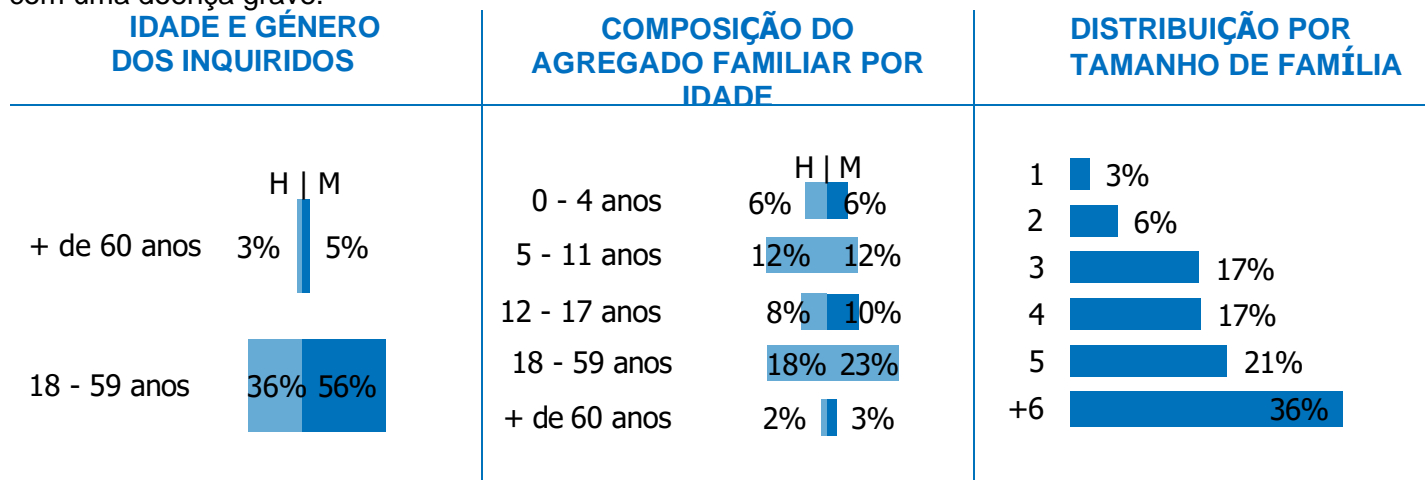
Metodologia

Este relatório baseia-se em consultas comunitárias quantitativas e qualitativas realizadas entre Janeiro e Junho de 2024 nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, no norte de Moçambique. A componente quantitativa utilizou a ferramenta de recolha de dados KoBo e as entrevistas foram realizadas ao nível do agregado familiar.¹ As dimensões das amostras em Cabo Delgado atingiram representatividade estatística ao nível provincial e distrital, e em Nampula, representatividade estatística ao nível provincial.² A componente qualitativa baseou-se em entrevistas com líderes comunitários e outras figuras influentes da comunidade, e em discussões de grupo focal com diferentes grupos e indivíduos de AGD entre populações deslocadas, retornadas e da comunidade de acolhimento.

Componente quantitativa

Cabo Delgado	6,234 Agregados familiares consultados	61% dos agregados familiares inquiridos são mulheres	5.0 dimensão média do agregado familiar
Nampula	451 dimensão média do agregado familiar	43% dos agregados familiares inquiridos são mulheres	5.7 dimensão média do agregado familiar

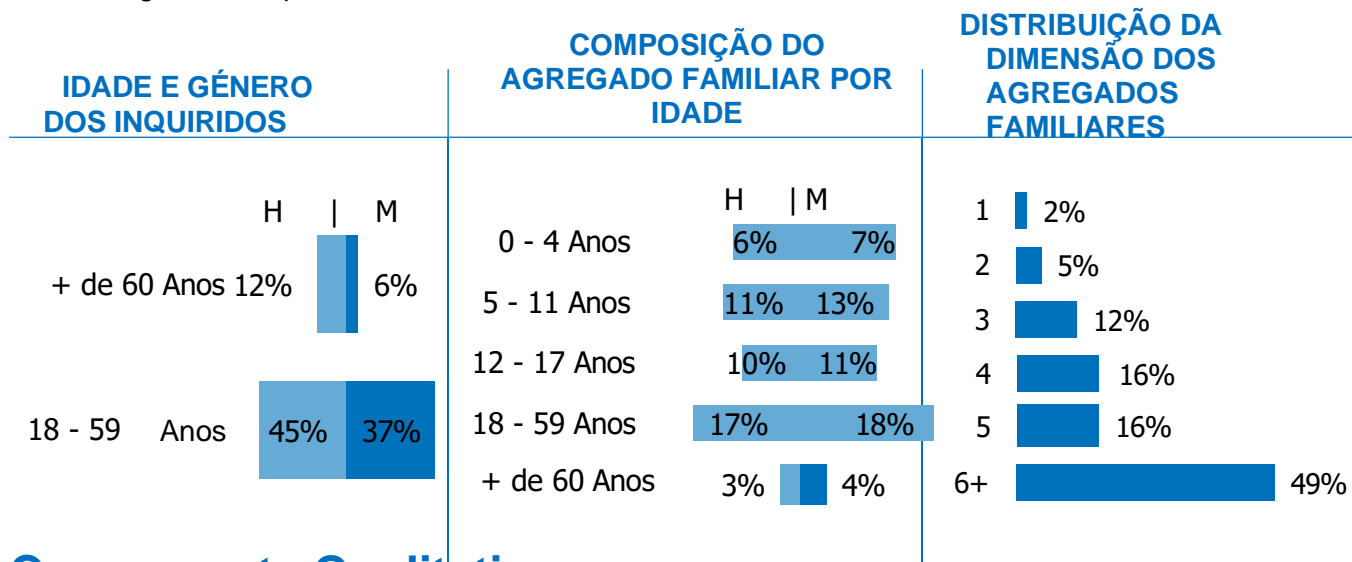
Na província de Cabo Delgado, foram efectuadas 6.234 consultas aos agregados familiares. Os dados foram recolhidos junto de pessoas deslocadas que vivem em locais e comunidades de acolhimento e de Retornados nos locais de origem. 61% dos inquiridos eram mulheres e 39% eram homens. 92% tinham entre 18 e 59 anos e 8% tinham mais de 60 anos. A dimensão média dos agregados familiares era de cinco pessoas. 37% dos inquiridos eram pessoas deslocadas em locais de deslocados, 35% eram pessoas deslocadas em comunidades de acolhimento e 29% eram Retornadas no local de origem. 87% dos agregados familiares entrevistados tinham pelo menos uma pessoa com uma necessidade específica, sendo as mais proeminentes as pessoas com necessidades específicas de protecção jurídica e física (geralmente relacionadas com a falta de documentação legal), as pessoas com deficiência e as pessoas com uma doença grave.



¹ Note-se que foram recolhidas as principais desagregações para cada indicador, mas só foram visualizadas no relatório se houvesse uma diferença significativa entre as respostas de cada categoria de desagregação. As desagregações obtidas incluem idade; género; agregados familiares com uma pessoa com deficiência vs. agregados familiares sem uma pessoa com deficiência; pessoas deslocadas internamente nos locais versus pessoas deslocadas internamente nas comunidades de acolhimento; e por distrito de deslocamento.

² Em Cabo Delgado, o distrito de Mecufi foi a exceção, onde o tamanho da amostra era ligeiramente inferior ao limiar estatisticamente representativo. Em Nampula, enquanto a representatividade estatística a nível provincial foi alcançada, a nível distrital não foi. Em ambos os casos, isto deveu-se a limitações logísticas durante esta fase piloto de implementação.

Na província de Nampula, foram efectuadas 451 consultas aos agregados familiares. Os dados foram recolhidos junto das pessoas deslocadas que vivem nos locais e nas comunidades de acolhimento. 43% dos inquiridos eram mulheres e 57% eram homens. 82% tinham entre 18 e 59 anos de idade e 18% tinham mais de 60 anos de idade. A dimensão média das famílias era de 5,7 pessoas. 49% dos inquiridos eram pessoas deslocadas em locais de deslocados internos e 51% eram pessoas deslocadas em comunidades de acolhimento. 89% dos agregados familiares entrevistados tinham pelo menos uma pessoa com uma necessidade específica, sendo as mais proeminentes as crianças em risco, as pessoas com um problema de saúde grave e as pessoas com deficiência.

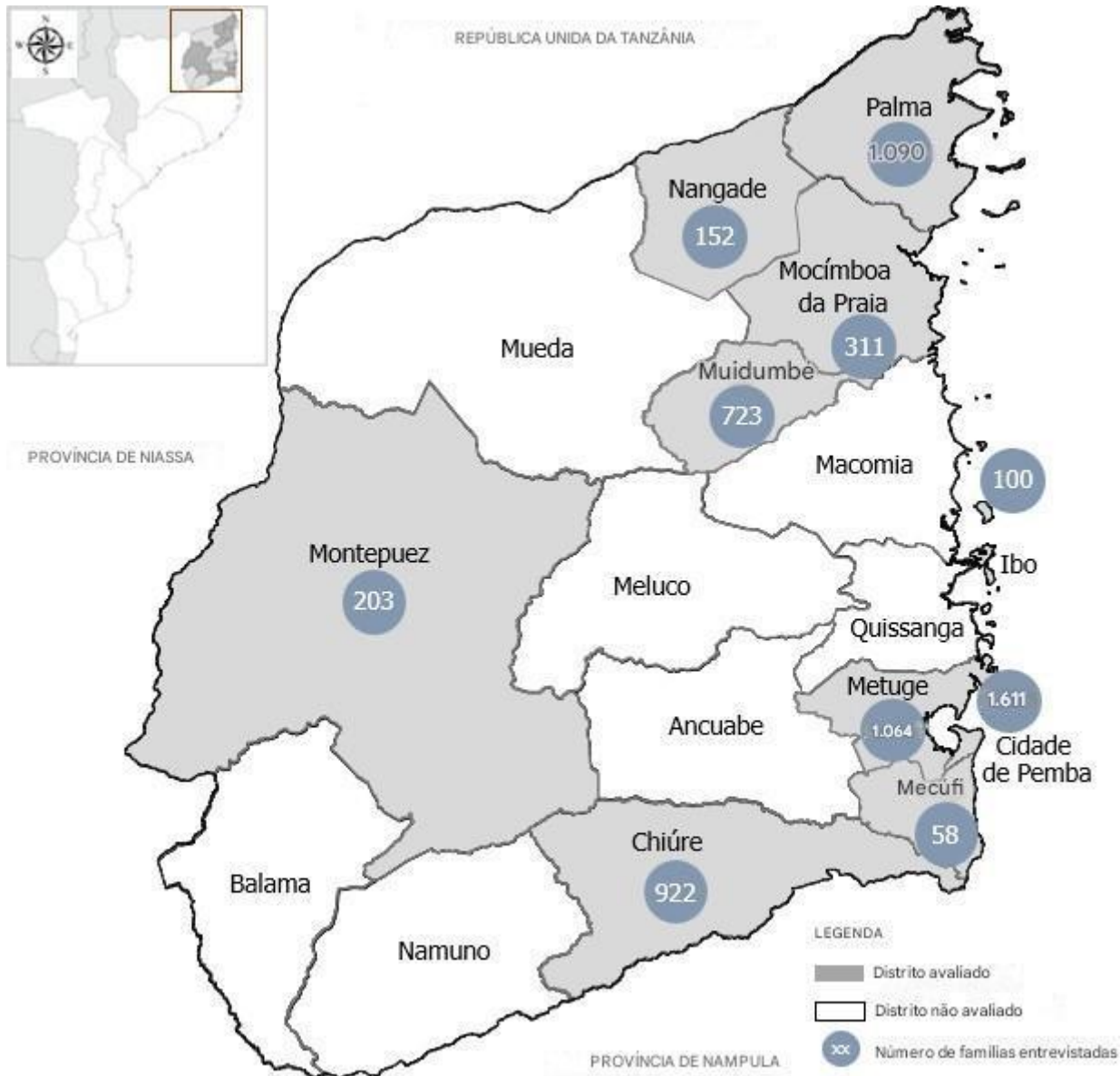


Componente Qualitativa

As consultas quantitativas aos agregados familiares foram complementadas por FGDs e KIs com pessoas deslocadas, retornados e membros da comunidade de acolhimento em Cabo Delgado e Nampula. Os dados qualitativos são integrados nas narrativas que acompanham cada visualização neste relatório, quando relevante. Foi aplicada uma abordagem AGD às DGFs, que foram divididas em grupos de rapazes (12 a 17 anos), raparigas (12 a 17 anos), homens (18 a 59 anos), mulheres (18 a 59 anos), idosos (60+ anos) e pessoas com deficiência.

Cabo Delgado	98 Debates em grupos de discussão	24 Entrevistas com informadores-chave
Nampula	32 Debates em grupos de discussão	18 Entrevistas com informadores-chave

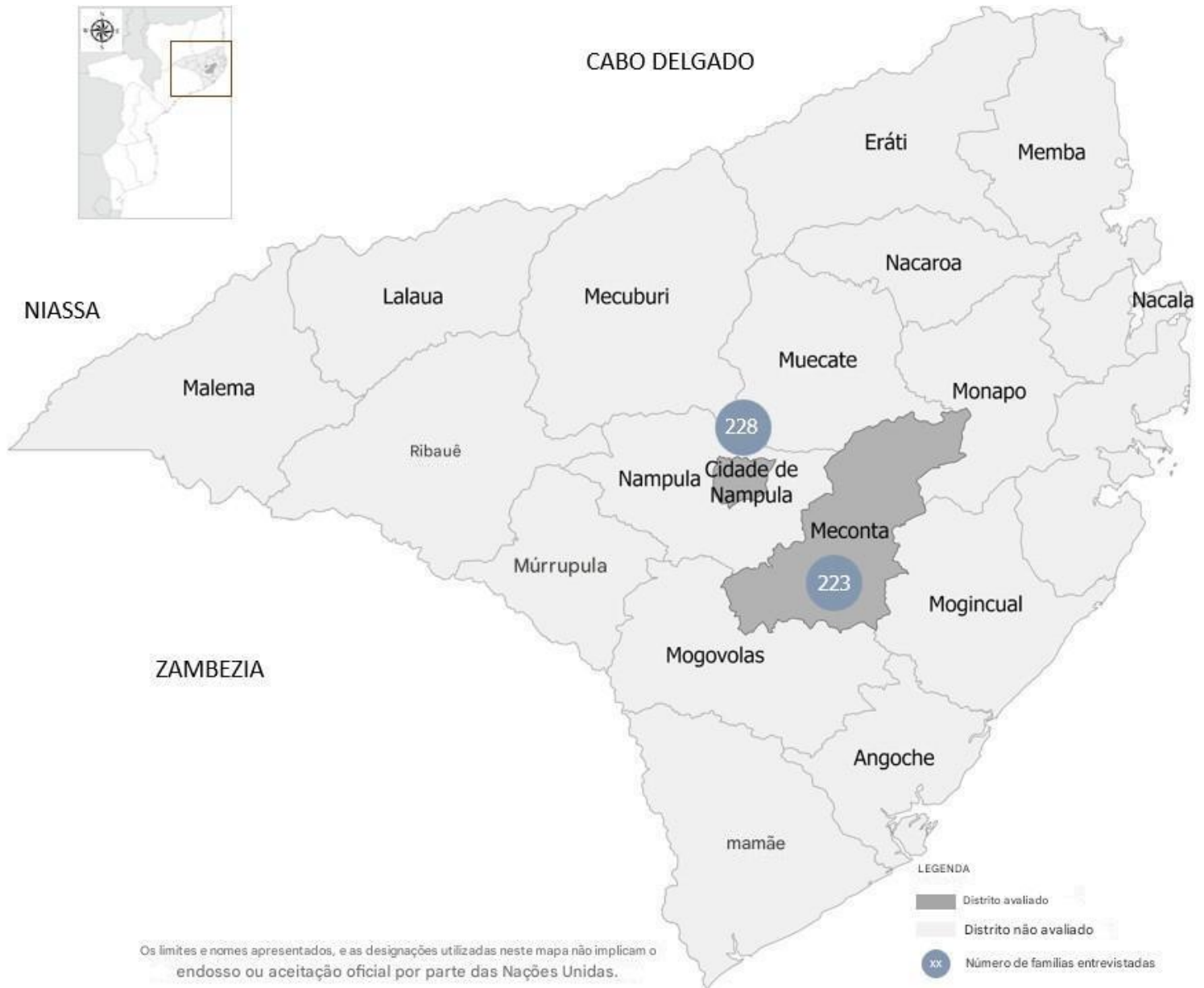
Número de agregados familiares consultados por distrito na Província de Cabo Delgado³



Os limites e nomes apresentados, e as designações utilizadas neste mapa não implicam o endosso ou aceitação oficial por parte das Nações Unidas.

³ Embora muitos distritos prioritários de deslocamento e Retorno em Cabo Delgado tenham sido alcançados durante esta fase piloto do projecto de Engajamento Comunitário em Soluções Duradouras, nem todos os distritos foram alcançados devido a limitações de capacidade e segurança.

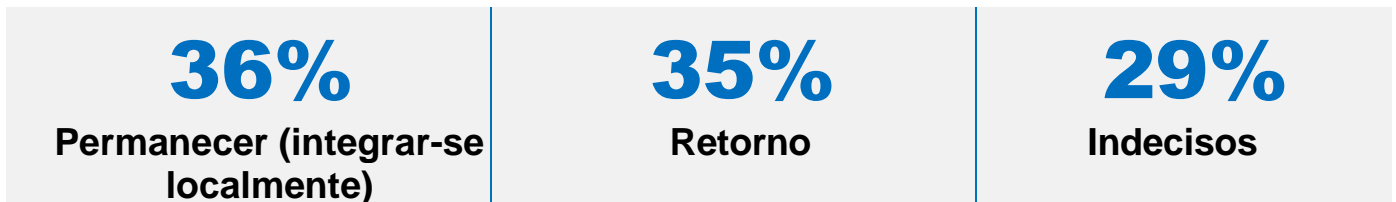
Número de agregados familiares consultados por distrito na Província de Nampula⁴



⁴ Embora dois dos principais distritos de deslocamento em Nampula tenham sido alcançados durante esta fase piloto do projecto de Engajamento Comunitário em Soluções Duradouras, nem todos os distritos foram alcançados devido a limitações de capacidade.

CABO DELGADO

Intenções de Soluções Duradouras^{5 6}



De um modo geral, a maioria dos inquiridos (36%) prefere permanecer e integrar-se localmente no local de deslocamento; outro terço aproximadamente (35%) referiu a intenção de eventualmente retornar ao seu local de origem, e 29% referiu estar indeciso. Note-se que, embora a opção tenha sido apresentada, nenhum inquirido selecionou como intenção a deslocalização para outra área da província ou do país. A proporção de pessoas que pretendem permanecer e integrar-se localmente é surpreendentemente mais elevada do que nas consultas comunitárias do ACNUR de 2023 (em que 14% declararam a intenção de permanecer), o que sugere que, à medida que o deslocamento se prolonga, cada vez mais pessoas decidem integrar-se localmente e que muitos dos que queriam retornar já o fizeram.

"Quero voltar para a minha terra. Isso me identifica. A minha terra... é uma parte de mim. É onde cultivo a minha alimentação, onde crio os meus filhos e netos. Já sou velha e só quero passar os dias que me restam no local que me faz sentir em casa."— Amina Luari, mulher deslocada em Mueda

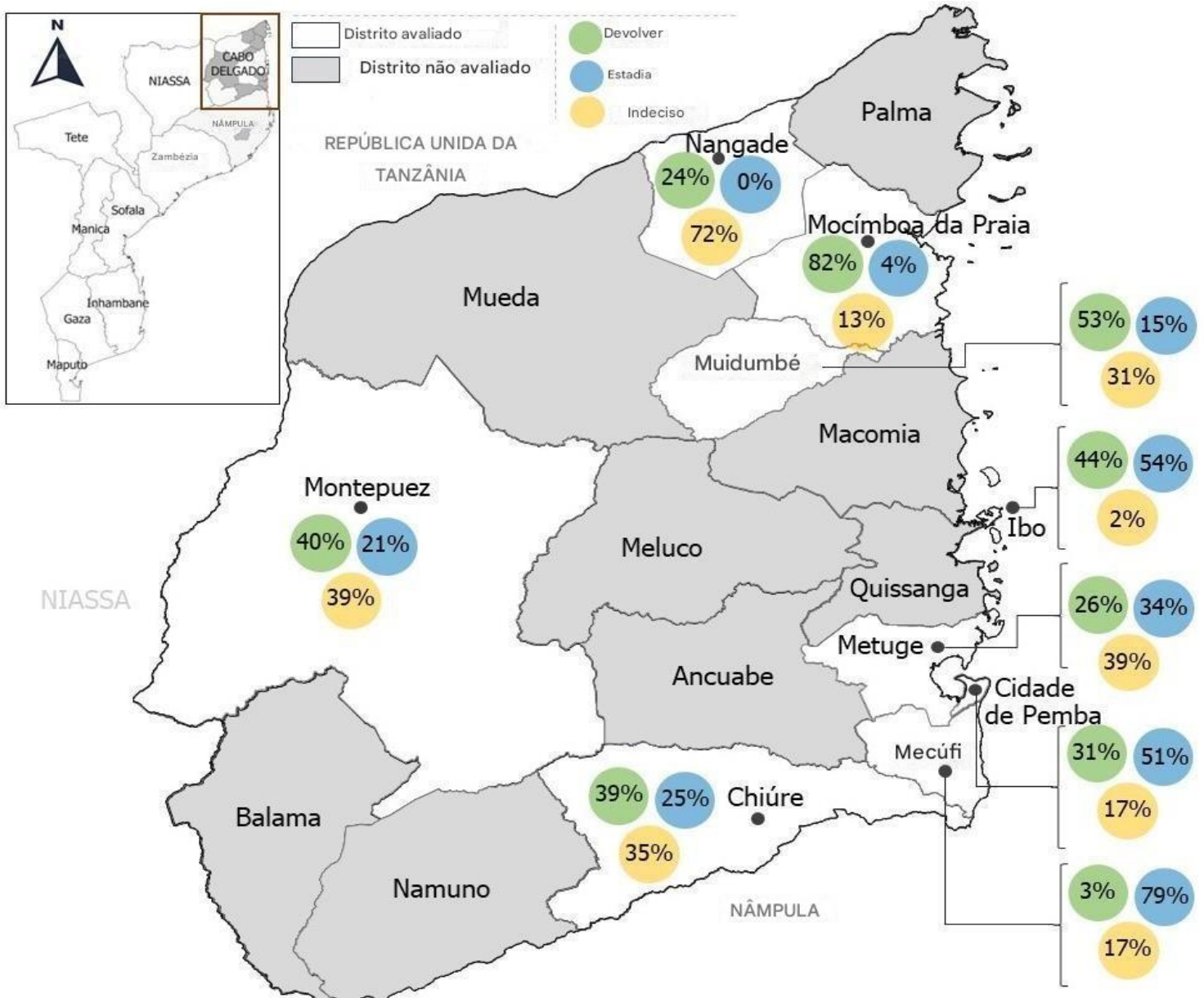


⁵ As conclusões sobre as intenções baseiam-se em 4.067 deslocados inquiridos internos (os Retornados não são inquiridos sobre as intenções)

⁶ Note-se que foram recolhidas desagregações-chave para cada indicador, mas apenas visualizadas no relatório se houvesse uma diferença significativa entre as respostas de cada categoria de desagregação. As desagregações obtidas incluem idade, género; agregados familiares com uma pessoa com deficiência versus agregados familiares sem uma pessoa com deficiência; deslocados internos nos locais versus deslocados internos nas comunidades de acolhimento; e por distrito de deslocamento.

Intenções: Por distrito de deslocamento

Uma proporção significativamente maior de deslocados inquiridos em Mocimboa da Praia (82%) e Muidumbe (53%) pretende retornar do que nos outros distritos.⁷ Por outro lado, uma proporção significativamente maior de deslocados inquiridos em Mecufi (79%), Ibo (54%) e Pemba (51%) pretende permanecer e integrar-se localmente do que nos outros distritos. Uma proporção significativamente maior de inquiridos nos distritos de Nanagade (72%), Metuge (39%), Montepuez (39%) e Chiure (35%) está indecisa quanto à sua intenção. Em particular, nenhum inquirido deslocado em Nanagade pretende permanecer e integrar-se localmente.

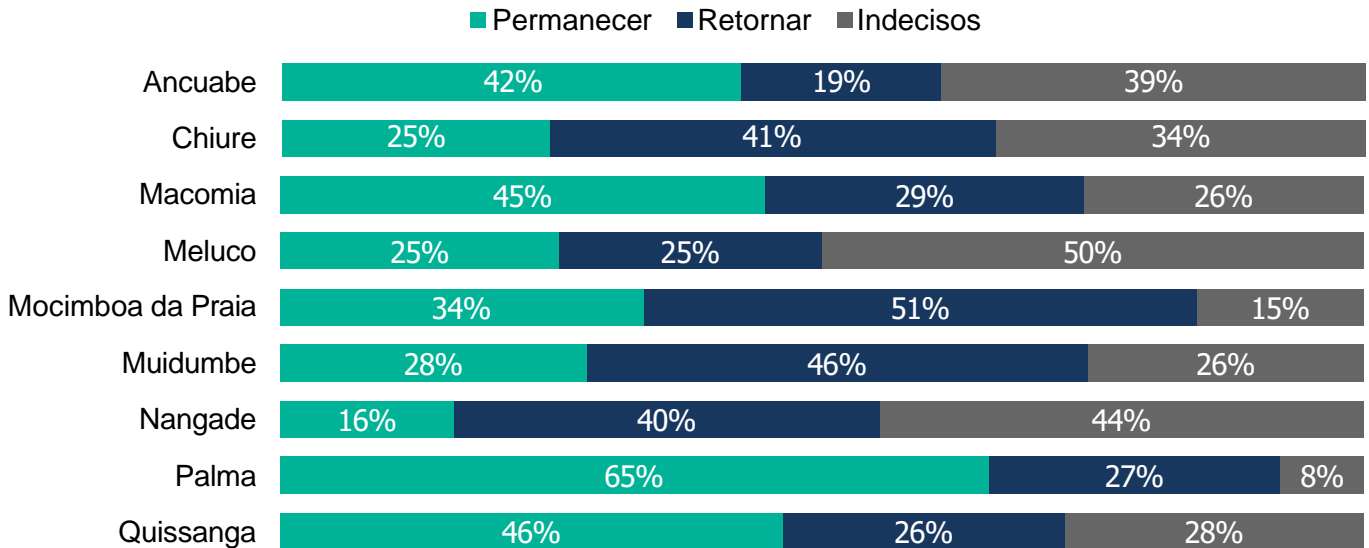


Os limites e nomes apresentados, e as designações utilizadas neste mapa não implicam o endosso ou aceitação oficial por parte das Nações Unidas.

⁷ As consultas aos agregados familiares em Mocimboa da Praia, Muidumbe e Nanagade foram realizadas apenas nas respectivas sedes distritais, e muitas das pessoas deslocadas entrevistadas que pretendem retornar são de outras cidades desses distritos, pelo que uma intenção de Retorno nesses distritos não implica necessariamente uma saída desses distritos.

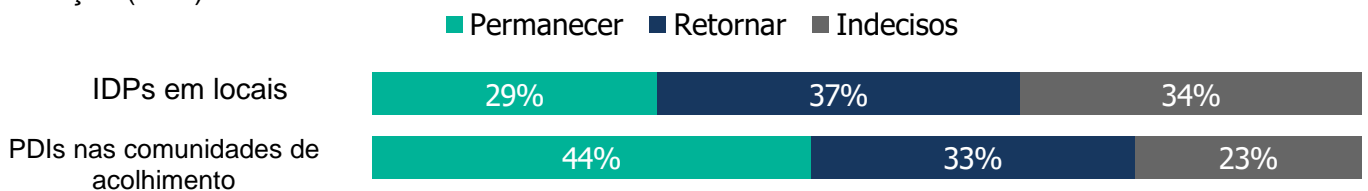
Intenções: Por distrito de origem

Em comparação com os deslocados inquiridos de outros distritos de origem, uma maior proporção de deslocados inquiridos que fugiram dos distritos de Palma, Quissanga, Macomia e Ancuabe pretende permanecer e integrar-se localmente.



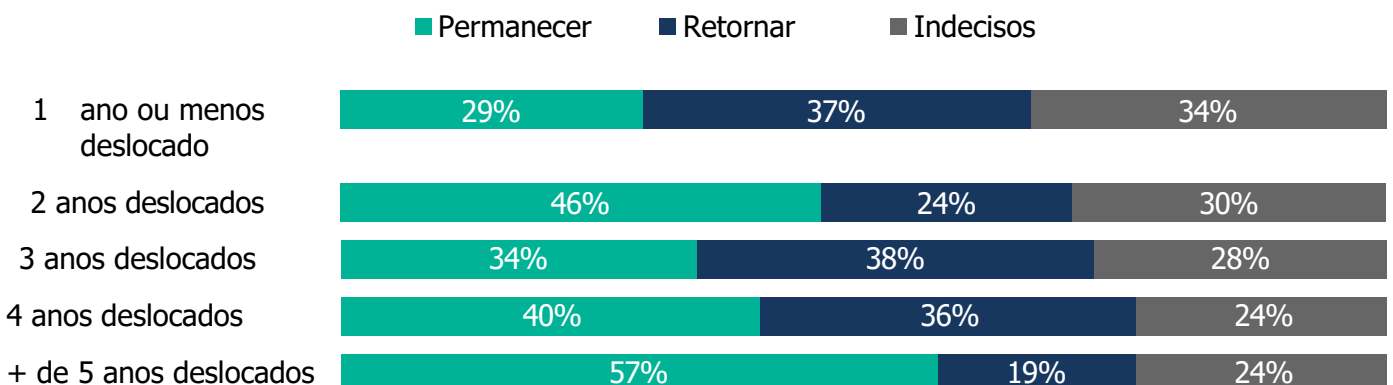
Intenções: Por tipo de população

Uma proporção significativamente mais elevada de deslocados inquiridos que vivem em comunidades de acolhimento (44%) quer permanecer e integrar-se localmente do que os deslocados inquiridos nos locais de implantação (29%).



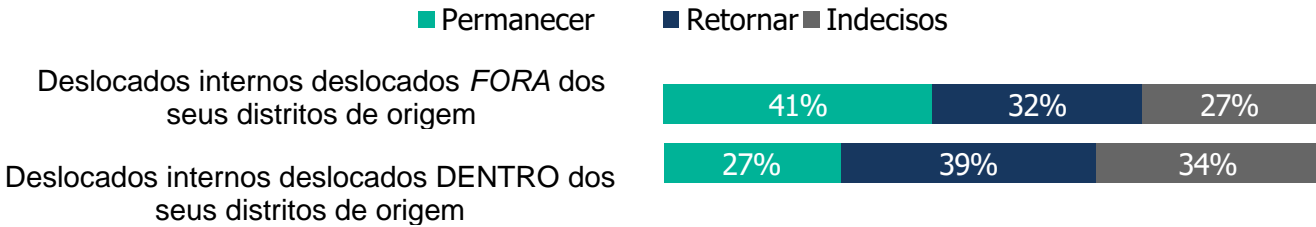
Intenções: Por número de anos como deslocados

Existe uma correlação positiva geral entre o número de anos de deslocamento e a intenção de permanecer e de se integrar localmente. Em termos simples, quanto mais tempo os inquiridos estiveram deslocados, mais manifestaram a intenção de permanecer e de se integrarem localmente. Os deslocados inquiridos há um ano ou menos manifestaram a menor intenção de permanecer e de se integrar localmente (29%) em comparação com os outros grupos. Por outro lado, os deslocados inquiridos há cinco anos ou mais manifestaram a maior intenção de permanecer e de se integrar localmente (57%) em comparação com os outros grupos.



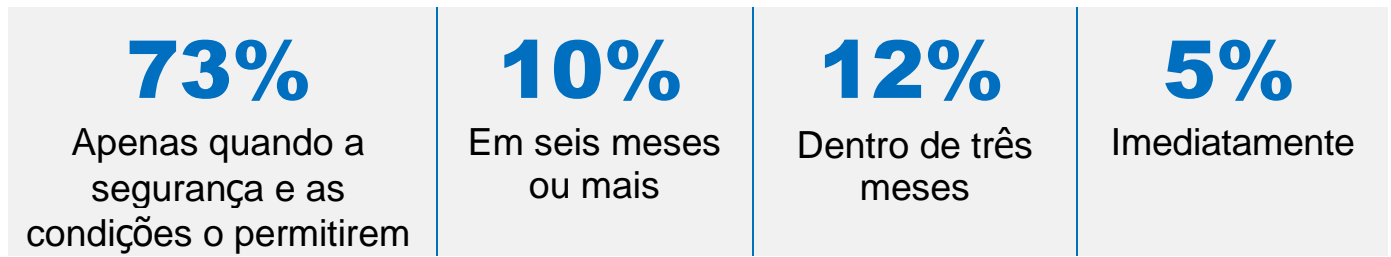
Intenções: Por deslocamento *dentro* ou *fora* do distrito de origem

Um número significativamente maior de deslocados inquiridos fora dos seus distritos de origem pretende permanecer e integrar-se localmente (41%) do que os deslocados inquiridos nos seus distritos de origem (27%).



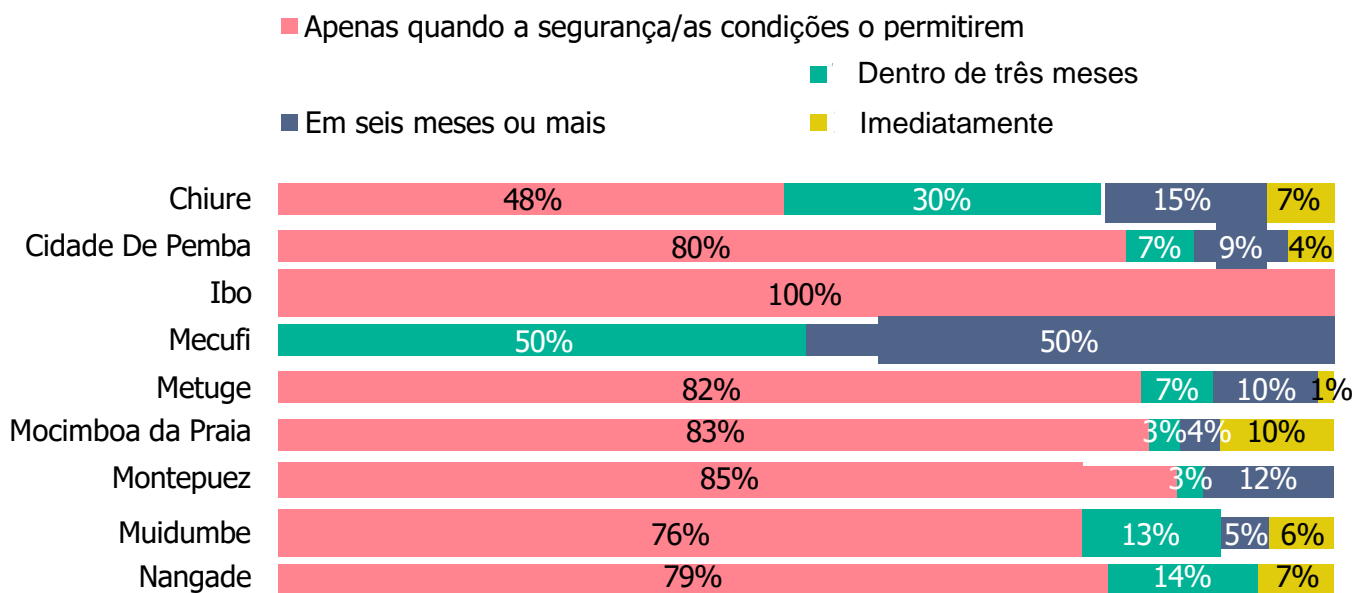
Aspirações vs. Acções: Prazos para as intenções de retornos

De um modo geral, entre os 35% de inquiridos que pretendem retornar, a maioria (73%) referiu que só concretizaria essa intenção quando a segurança e as condições no local de origem o permitissem, o que faz com que a maioria das actuais intenções de Retorno sejam aspiracionais e não acionáveis.



Prazo das intenções: Por distrito de deslocamento

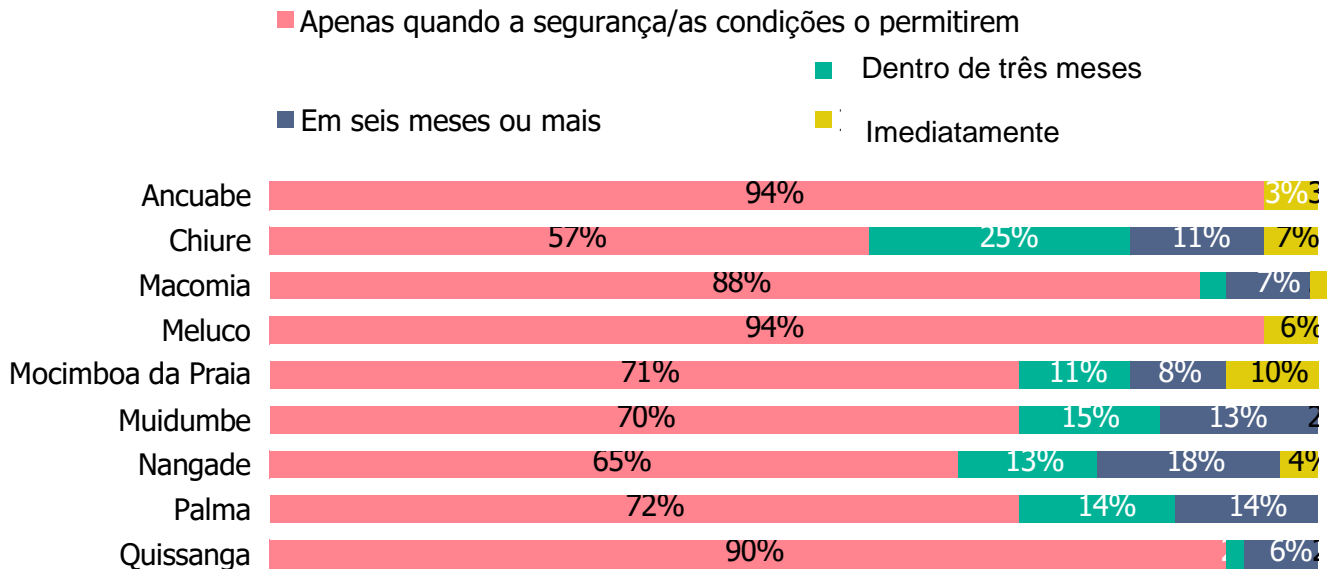
Entre os 35% de inquiridos que pretendem retornar, só em Mecufi é que todos os inquiridos indicaram um prazo exato para concretizar essa intenção (50% no prazo de três meses, 50% no prazo de seis meses ou mais). Chiure também registou uma percentagem desproporcionalmente grande de inquiridos que pretendem retornar no prazo de três meses (30%) em comparação com outros distritos de deslocamento. Os outros distritos reflectem o valor global.



⁸ Trata-se das pessoas que retornaram aos seus distritos de origem (ou que talvez nunca tenham saído), mas que não puderam retornar às suas cidades de origem.

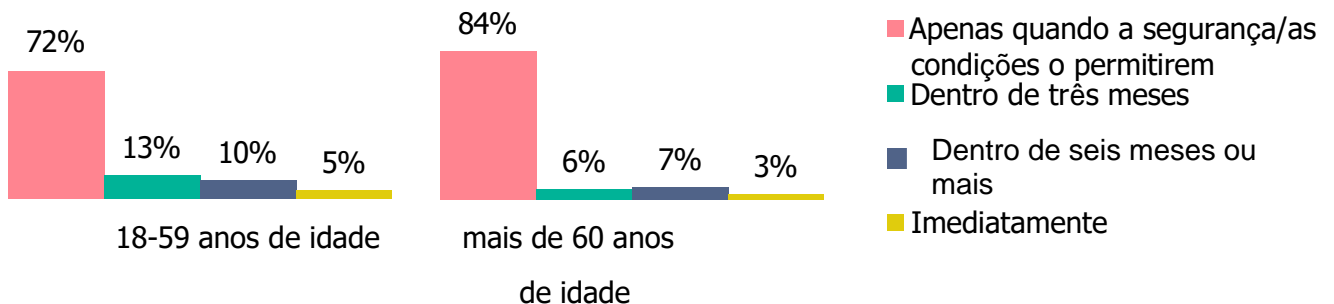
Prazo das intenções: Por distrito de origem

Embora a desagregação por distrito de origem não tenha tido um efeito importante nas respostas, os inquiridos que fugiram de Chiure (principalmente devido aos ataques do NSAG no final de 2023 e início de 2024) estão mais dispostos a permanecer um prazo para retornar do que os inquiridos de outros distritos de origem, com 25% a dizer que retornarão no prazo de três meses.



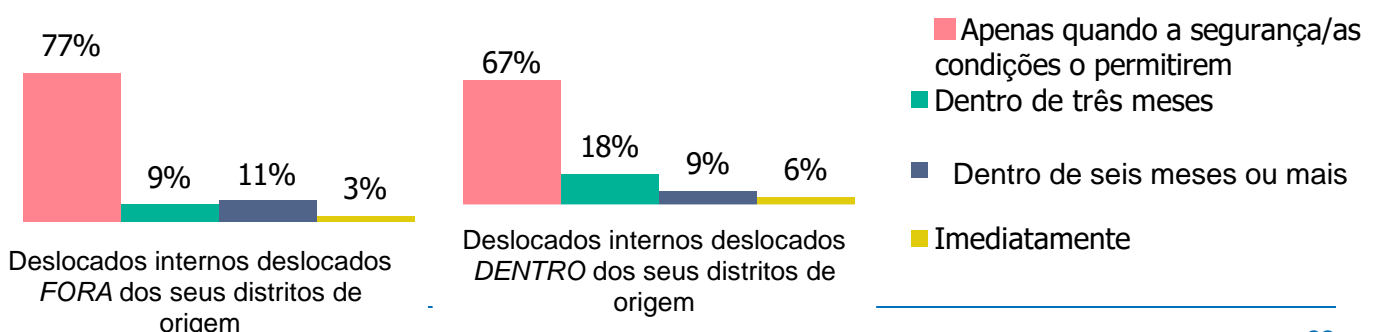
Prazo das intenções: Por idade

Um número significativamente maior de inquiridos mais velhos (84%) está disposto a adiar o seu Retorno até que a segurança/condições no seu local de origem sejam totalmente favoráveis, em comparação com os inquiridos mais jovens (72%).



Prazo das intenções: Por deslocamento dentro ou fora do distrito de origem

Um número significativamente maior de deslocados inquiridos fora do seu distrito de origem (77%) está disposto a retornar apenas quando a segurança/as condições o permitirem, em comparação com os deslocados no seu distrito de origem (67%). Muito mais deslocados inquiridos dentro do seu distrito de origem estão também dispostos a retornar mais cedo (imediatamente ou no prazo de três meses) do que os deslocados fora do seu distrito de origem.



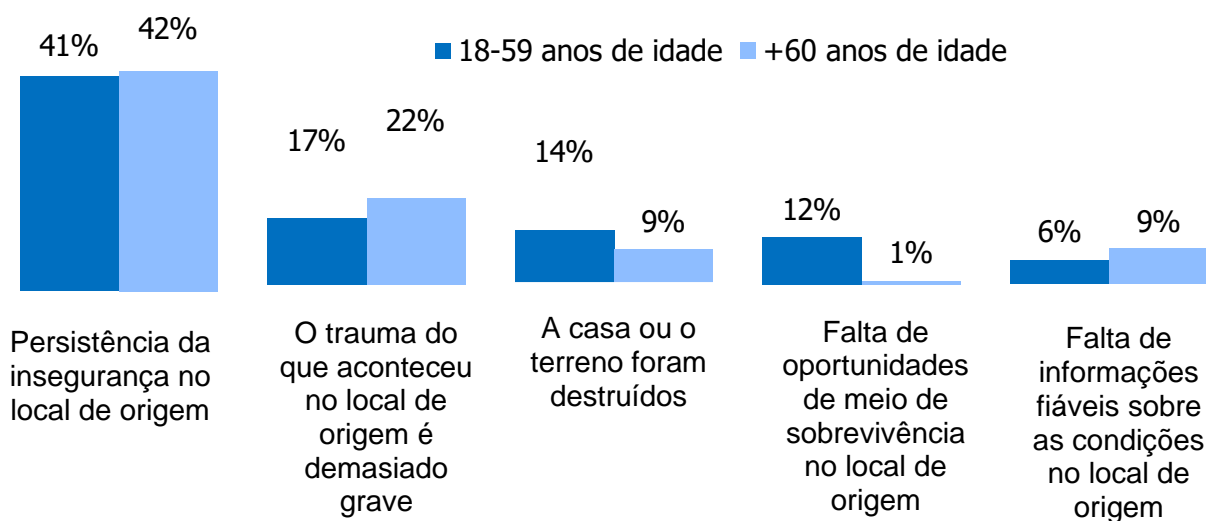
Razões para pretender permanecer e integrar-se localmente

De um modo geral, entre os 36% dos inquiridos que pretendem permanecer e integrar-se localmente, as principais razões para esta decisão são as seguintes. De um modo geral, as conclusões das discussões dos grupos de centragem e das entrevistas com informadores-chave indicaram que a insegurança e a falta de serviços básicos no local de origem eram as principais razões para permanecer. Além disso, as raparigas, as pessoas com deficiência e as pessoas idosas que participaram nas discussões dos grupos de centragem no distrito de Metuge, embora não desejassem retornar ao seu local de origem, expressaram o desejo de se deslocarem devido à pressão das comunidades de acolhimento que pretendiam reclamar as suas terras.



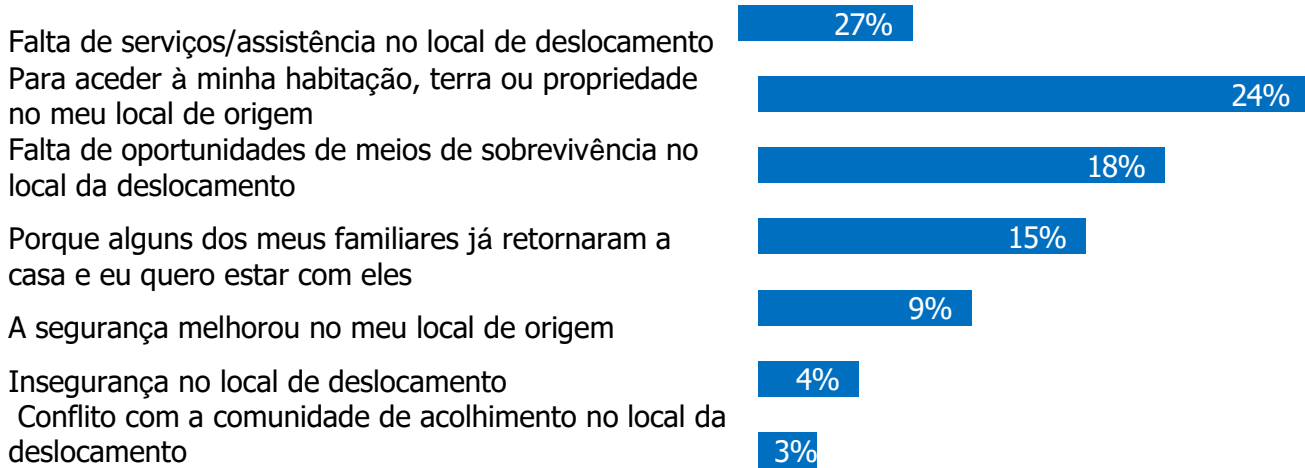
Razões que justificam a intenção de permanecer e de se integrar localmente: Por idade

Um número significativamente maior de inquiridos mais jovens (12%) relatou a falta de oportunidades de meios de sobrevivência no seu local de origem, em comparação com os inquiridos mais velhos (1%).



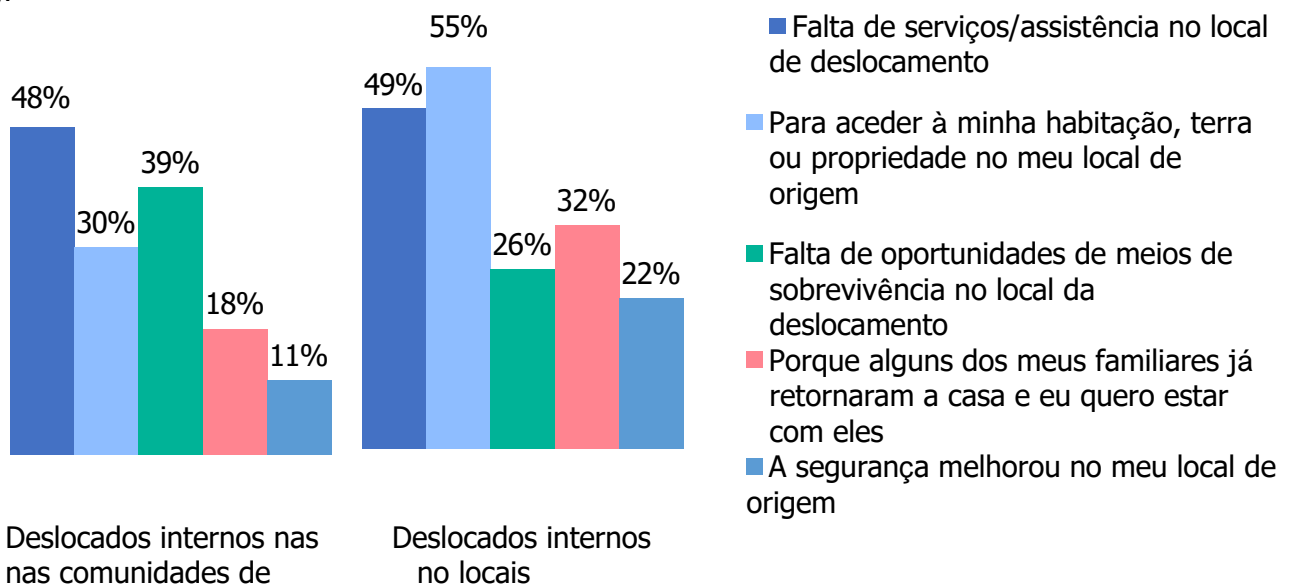
Razões pelas quais pretende retornar

De um modo geral, entre os 35% dos inquiridos que pretendem retornar, os principais motivos relatados para esta decisão são os seguintes. Os dados qualitativos confirmam estas conclusões, com as comunidades que participaram nas Discussões dos Grupos de Foco a citarem a falta de assistência no local de deslocamento como a principal razão para desejarem retornar, seguida da necessidade de acederem aos seus Direitos de Propriedade da Terra (HLP), incluindo as “*machambas*” para praticarem a agricultura e sustentarem as suas famílias. Além disso, durante as discussões dos grupos de foco no distrito de Muidumbe, os idosos citaram os impedimentos de acesso a serviços básicos como uma razão para desejar retornar, enquanto as raparigas destacaram a falta de acesso à educação como uma razão para a sua intenção de retornar.



Razões para pretender retornar: Em função do tipo de população

Uma proporção significativamente mais elevada de deslocados inquiridos nos locais (55%) referiu que pretendia retornar para ter acesso à sua habitação, terra ou propriedade do que os deslocados inquiridos nas comunidades de acolhimento (30%). Do mesmo modo, uma parte significativamente mais elevada dos deslocados inquiridos nos locais (32%) afirmou que pretendia retornar para se reunir com as suas famílias do que os deslocados inquiridos nas comunidades de acolhimento (18%). Por outro lado, uma percentagem significativamente mais elevada de deslocados inquiridos nas comunidades de acolhimento (39%) pretende retornar devido à falta de oportunidades de meios de subsistência no local de deslocamento do que os deslocados inquiridos nos locais (26%).



acolhimento

Unidade da família nos Retornos

97%

dos inquiridos que pretendem retornar prevêem fazê-lo com toda a família

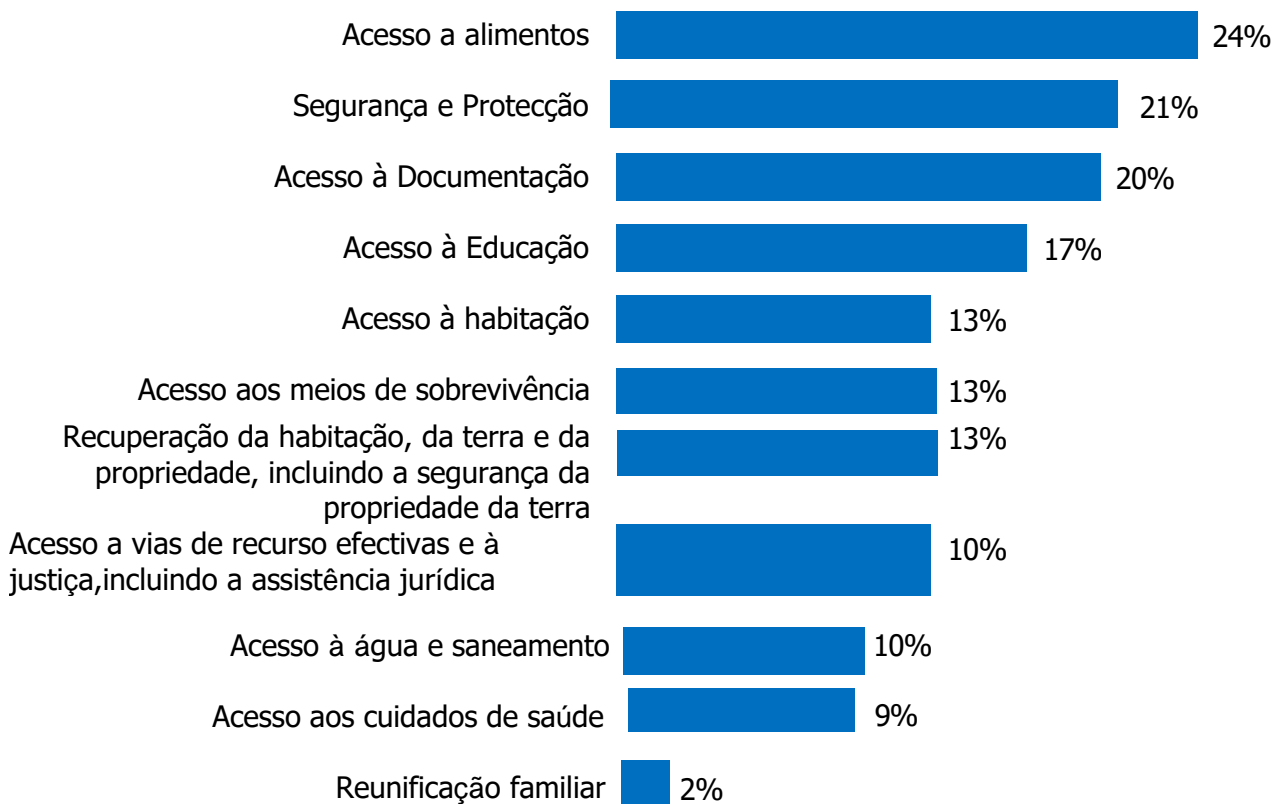
Desafios para a Integração Local⁹

"Apesar de estar grávida e de ter sido forçada a fugir, decidi ajudar a minha comunidade como voluntária. Estou cá para continuar, por isso quero ajudar a construir uma nova casa para nós. Ao trabalhar em conjunto e ao falarmos uns com os outros, podemos apoiar-nos e reconstruir as nossas vidas."

— Gracinda, mulher deslocada e voluntária comunitária no local de Megaruma, distrito de Chiure, Cabo Delgado

Desafios à Integração Local

Com base nos critérios do IASC¹⁰ sobre a obtenção de soluções duradouras, são as seguintes¹¹ as necessidades relatadas que representam desafios persistentes à integração local efectiva das pessoas deslocadas em Cabo Delgado.



⁹ É de salientar que foram recolhidas as principais desagregações para cada indicador, mas só foram visualizadas no relatório se houvesse uma diferença significativa entre as respostas de cada categoria de desagregação. As desagregações obtidas incluem idade, género; agregados familiares com uma pessoa com deficiência contra agregados familiares sem uma pessoa com deficiência; deslocados internos nos locais contra deslocados internos nas comunidades de acolhimento; e por distrito de deslocamento).

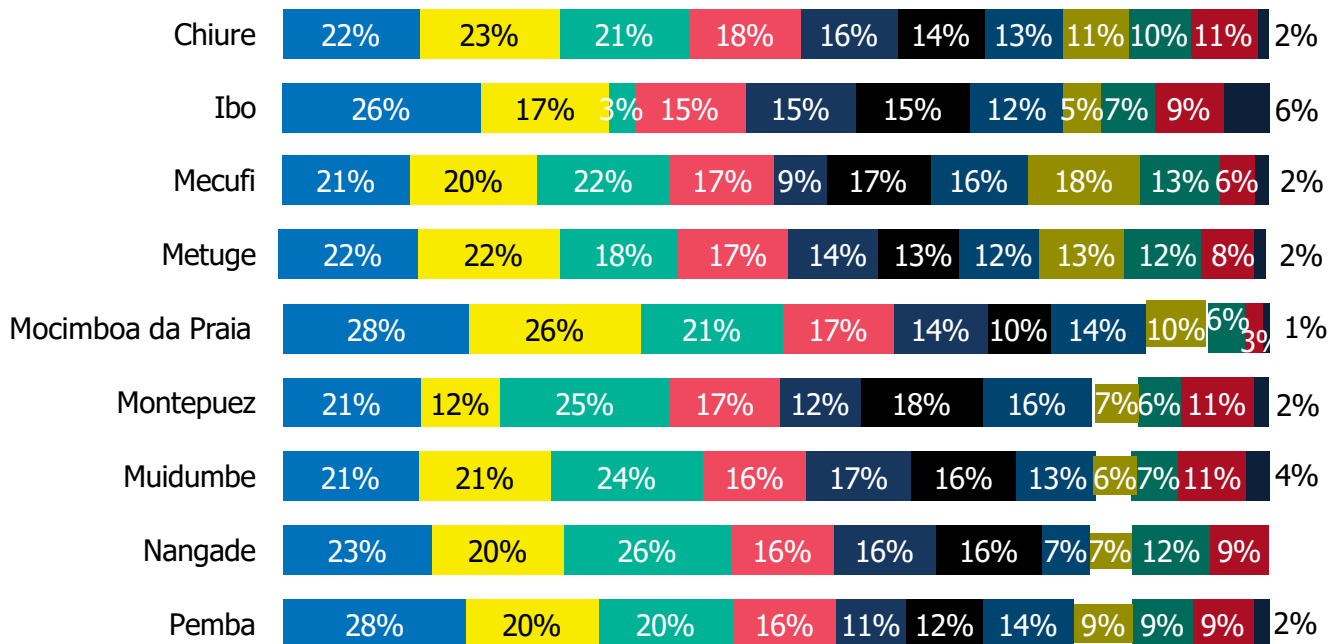
¹⁰ Tal como definido no [Quadro do Conselho Internacional para a Assistência aos Refugiados \(IASC\) sobre soluções duradouras para pessoas deslocadas internamente](#): Segurança e protecção; nível de vida adequado; acesso a documentação; acesso a meios de subsistência; acesso a vias de recurso e justiça eficazes; recuperação de habitação, terra e propriedade, reunificação familiar; e participação em assuntos públicos.

¹¹ O acesso a alimentos, abrigo, educação, água/saneamento e cuidados de saúde constituem, no seu conjunto, os critérios IASC de "nível de vida suficiente". Importa referir que o critério IASC "participação nos assuntos públicos" não foi abordado nas consultas à comunidade durante este projecto-piloto do 1º Semestre de 2024.

Desafios à integração local: Por distrito:

Seguem-se as necessidades comunicadas (com base nos critérios do IASC) que colocam desafios à integração local efectiva das pessoas deslocadas por *distrito*.

- Acesso a alimentos
- Segurança e protecção
- Acesso à documentação
- Acesso à educação
- Acesso à habitação
- Acesso aos meios de subsistência
- Restauração da habitação, da terra e da propriedade, incluindo a segurança da propriedade da terra
- Acesso a recursos efectivos e à justiça, incluindo assistência jurídica
- Acesso à água e ao saneamento
- Acesso aos cuidados de saúde
- Reunificação familiar



Desafios da comunidade de acolhimento

As discussões dos grupos de foco e as entrevistas com as comunidades de acolhimento em Cabo Delgado destacaram os desafios significativos que enfrentam, apontando o acesso à água como a sua maior necessidade, seguido do acesso à educação e aos serviços de saúde. Além disso, em todos os locais das comunidades de acolhimento e grupos AGD, os participantes lamentaram a exclusão das comunidades de acolhimento da assistência humanitária e identificaram-na como uma das principais causas de ressentimento em relação aos deslocados internos. Esta questão foi particularmente evidente durante as discussões dos grupos de foco com membros da comunidade de acolhimento com deficiência em Metuge, onde os participantes notaram que as suas vulnerabilidades e necessidades foram ofuscadas pela chegada das pessoas deslocadas internamente, dificultando a sua capacidade de receber a tão necessária assistência. Os membros da comunidade de acolhimento também apontaram a questão da utilização da terra como um ponto de inflamação do conflito com os deslocados internos. As comunidades de acolhimento acreditam que a prestação de assistência humanitária e a distribuição de parcelas de terra tanto aos deslocados internos como aos membros da comunidade de acolhimento, especialmente os mais vulneráveis, são passos cruciais para alcançar uma convivência pacífica e a coesão social, e para garantir o bem-estar a longo prazo tanto dos deslocados internos que se integram localmente como das comunidades de acolhimento.

Desafios à Reintegração nas Zonas de Retorno [12](#) [13](#)

"Retornar a Mocimboa significava recomeçar do zero. Tudo o que eu tinha foi destruído - a minha casa, o meu negócio. Sem apoio, não se pode sobreviver."

— Rachide, Retornado no distrito de Mocimboa da Praia, Cabo Delgado



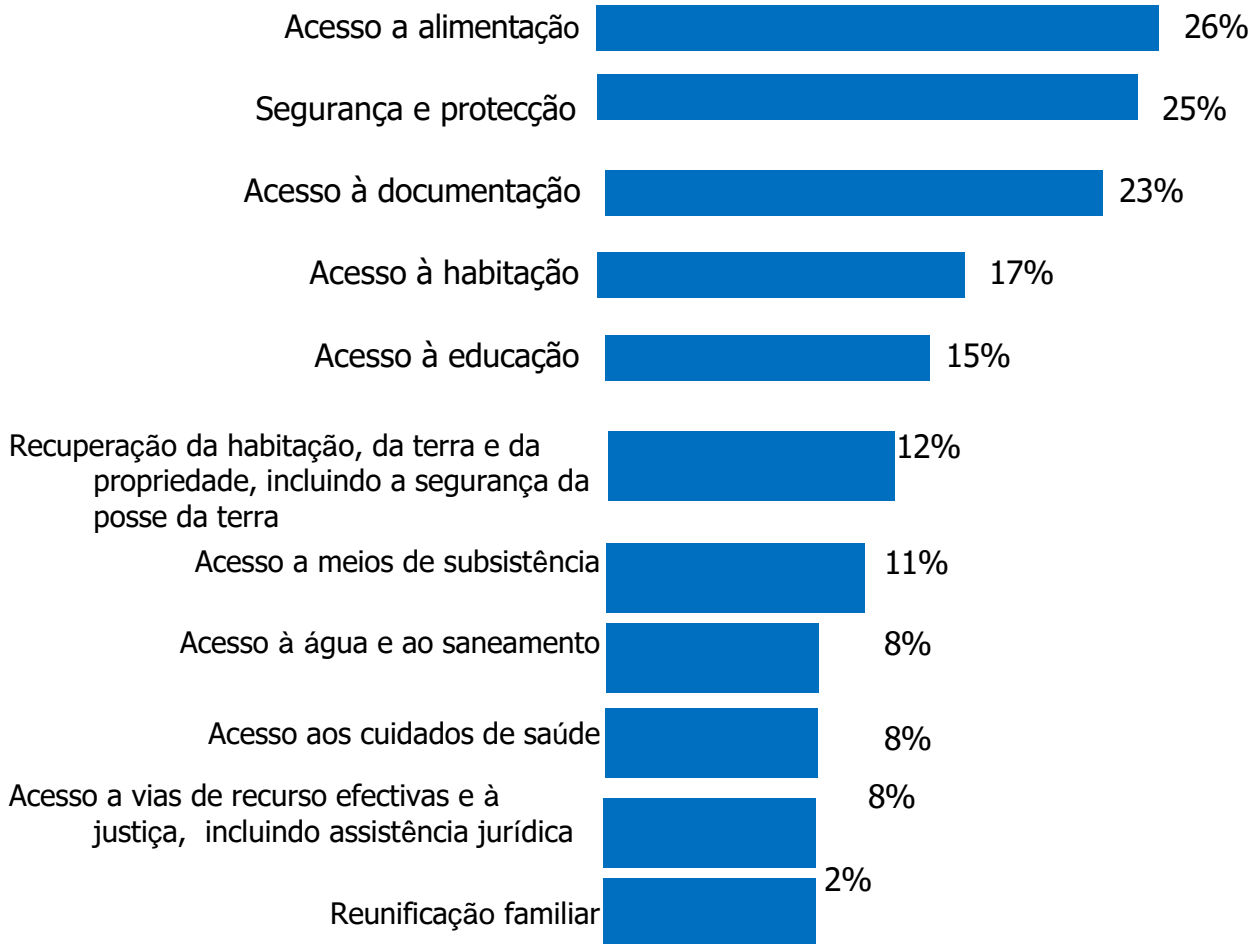
Rashide, um Retornado em Mocimboa da Praia, está a tentar ganhar a vida a revender roupa, mas o negócio está lento e ele espera o apoio da sua família mais próxima para sustentar os filhos.

¹² Para esta secção, foram entrevistados um total de 1.787 agregados familiares de Retornados em Mocimboa da Praia, Muidumbe, Nangade e Palma.

¹³ Importa notar que foram recolhidas as principais desagregações para cada indicador, mas só foram visualizadas no relatório se houvesse uma diferença significativa entre as respostas de cada categoria de desagregação. As desagregações obtidas incluem idade, género; agregados familiares com uma pessoa com deficiência vs. agregados familiares sem uma pessoa com deficiência; pessoas deslocadas internamente nos locais vs. pessoas deslocadas internamente nas comunidades de acolhimento; e por distrito de deslocamento.

Desafios à reintegração nos locais de retorno

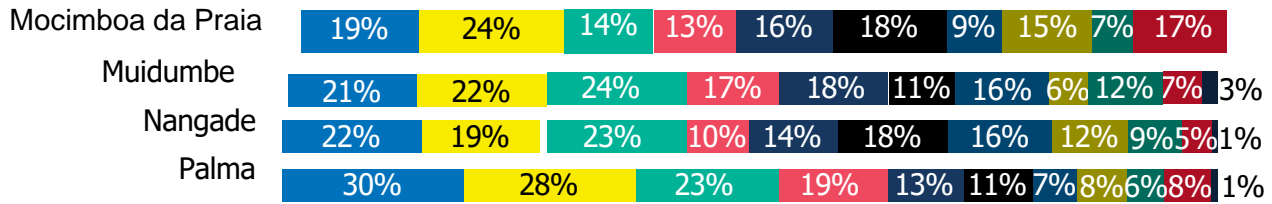
Com base nos critérios do Comité Permanente de Interagências (IASC)¹⁴ sobre a obtenção de soluções duradouras, são as necessidades seguintes¹⁵ que constituem desafios persistentes à reintegração efectiva dos retornados em Cabo Delgado.



Desafios à reintegração nos locais de retorno: Por distrito

Seguem-se as necessidades comunicadas (com base nos critérios do IASC) que colocam desafios à reintegração efectiva dos Retornados por *distrito*.

- Acesso a alimentação
- Segurança e protecção
- Acesso à documentação
- Acesso à habitação
- Acesso à educação
- Recuperação da habitação, da terra e da propriedade, incluindo a segurança da propriedade da terra
- Acesso aos meios de subsistência
- Acesso à água e ao saneamento
- Acesso aos cuidados de saúde
- Acesso a vias de recurso efectivas e à justiça, incluindo a assistência jurídica
- Reunificação familiar

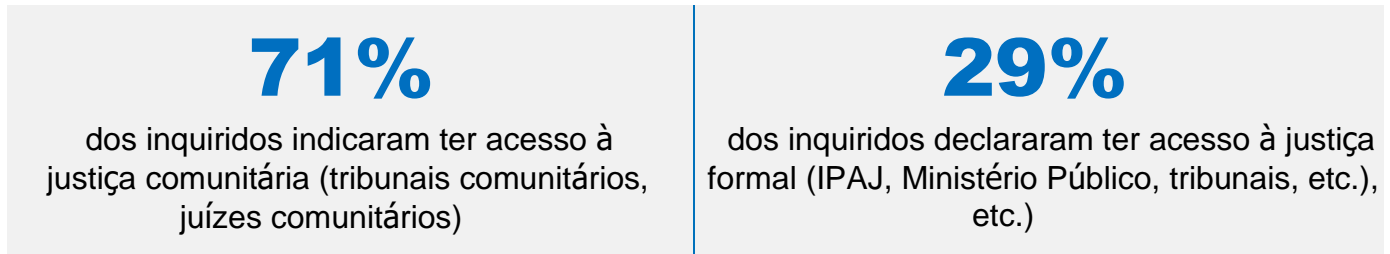


¹⁴ Tal como definido no [Quadro do IASC sobre Soluções Duradouras para Pessoas Deslocadas Internamente](#).

¹⁵ O acesso a alimentação, habitação, educação, água/saneamento e cuidados de saúde constituem, no seu conjunto, os critérios IASC de "nível de vida adequada". O critério do IASC "participação nos assuntos públicos" não foi abordado nas consultas à comunidade durante este projecto-piloto do primeiro Semestre 1 2024, mas será abordado no segundo Semestre de 2024.

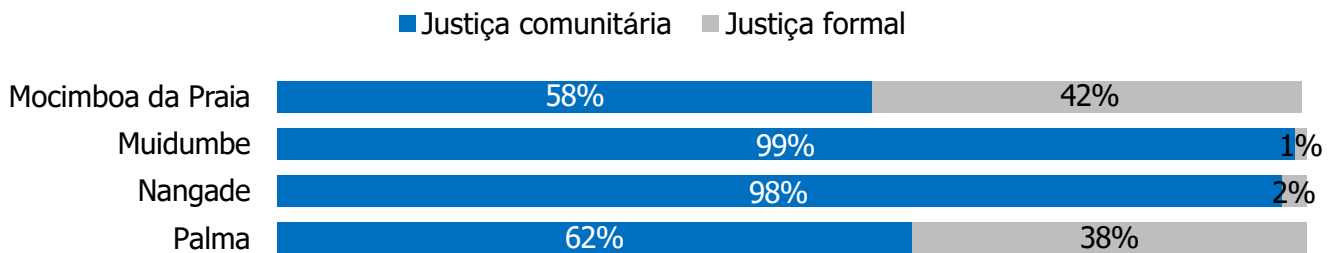
Ampliação do acesso à justiça nos locais de retorno

Entre os inquiridos que afirmam ter acesso à justiça, a maioria (71%) esclarece que se está a referir a sistemas de justiça comunitários informais.



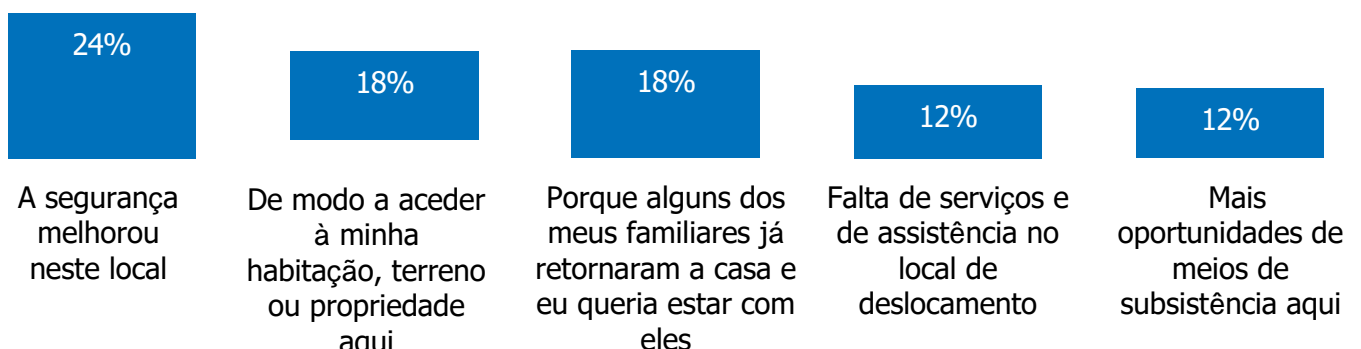
Acesso à justiça: Por distrito de retorno

Grande parte dos inquiridos em Mocimboa da Praia (42%) e Palma (38%) afirmam ter acesso ao sistema de justiça formal, enquanto praticamente nenhum inquirido Retornado em Muidumbe e Nangade afirma o mesmo.



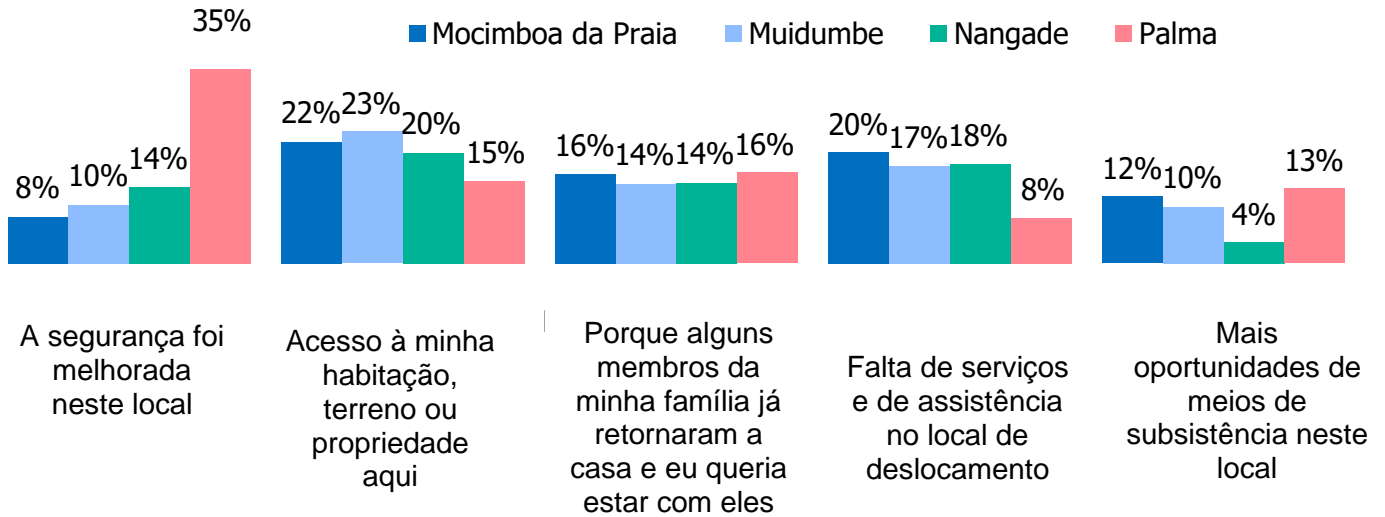
Razões de retorno

Entre os inquiridos Retornados, os principais motivos relatados para terem Retornado são os seguintes. As discussões dos grupos de foco com as comunidades nos locais de Retorno revelaram ainda que muitos deles o fizeram devido à falta de assistência e de serviços básicos nos locais de deslocamento, o que é consistente com os resultados quantitativos relativos às razões pelas quais as pessoas deslocadas pretendem retornar. As discussões dos grupos de foco revelaram ainda que a necessidade de acesso a Habitação, Terra e Propriedade (HLP), incluindo terras agrícolas, foi uma das principais razões para o Retorno, o que lhes permitiria sustentar-se a si próprios e às suas famílias.



Razões de Retorno: Por distrito de Retorno

As razões para o Retorno variam consoante os distritos de Retorno, mas Palma destaca-se, com uma percentagem significativamente mais elevada de inquiridos que citam a melhoria da segurança como razão para terem Retornado.



Sentimentos em relação ao retorno

99%

dos Retornados não se arrependem de ter Retornado

98%

dos Retornados não pensam em voltar de novo (na ausência de novos ataques)

Movimentos pendulares

A maioria dos agregados familiares dos Retornados visitava regularmente os seus locais de origem antes de retornar permanentemente

Embora os resultados quantitativos tenham sido contraditórios, as discussões dos grupos de foco focal em todas as zonas e grupos de AGD revelaram que a maioria dos agregados familiares de Retornados (ou pelo menos um membro do seu agregado familiar) visitava regularmente o seu local de origem antes de retornar permanentemente. As razões subjacentes a estas deslocações pendulares foram, na sua maioria, para garantir a segurança das suas habitações, terras e propriedades, para garantir que não tenham sido ocupadas ilegalmente e para praticar agricultura para fornecer alimentos às suas famílias no local de deslocamento.

Informação e Comunicação sobre Soluções Duradouras¹⁶ ¹⁷



Gracinda, uma mulher deslocada e voluntária comunitária, ajuda a organizar uma reunião comunitária na localidade de Mearuma, distrito de Chiure, Cabo Delgado.

Acesso à Informação

De um modo geral, a maioria dos inquiridos não recebe informações suficientes sobre soluções duradouras, serviços, assistência, segurança e outros assuntos relacionados com o seu deslocamento, com 28% a declararem que não recebem qualquer informação e 39% a declararem que só a recebem ocasionalmente.

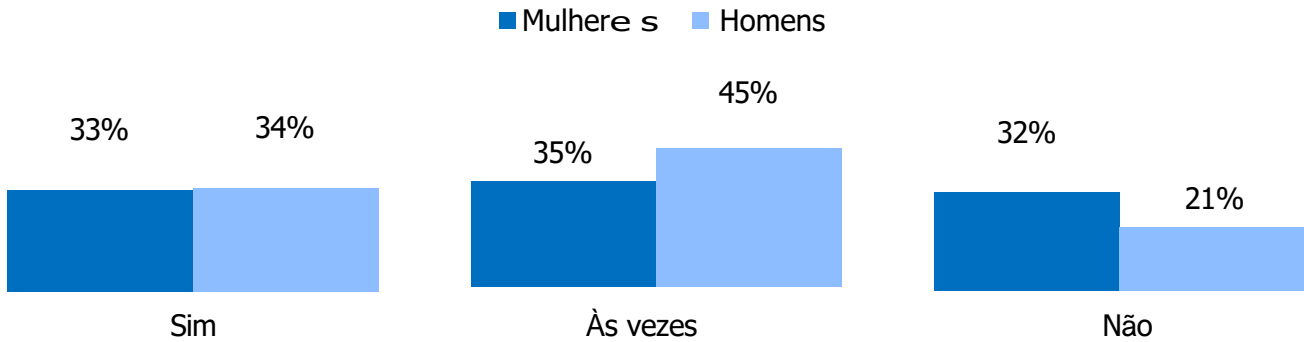


¹⁶ As perguntas desta secção foram feitas tanto aos deslocados internos como aos Retornados.

¹⁷ É de salientar que foram recolhidas as principais desagregações para cada indicador, mas só foram visualizadas no relatório se houvesse uma diferença significativa entre as respostas de cada categoria de desagregação. As desagregações obtidas incluem idade, género; agregados familiares com uma pessoa com deficiência e agregados familiares sem uma pessoa com deficiência; Pessoas Deslocadas Internamente nos locais e Pessoas Deslocadas Internamente nas comunidades de acolhimento; e por distrito de deslocamento.

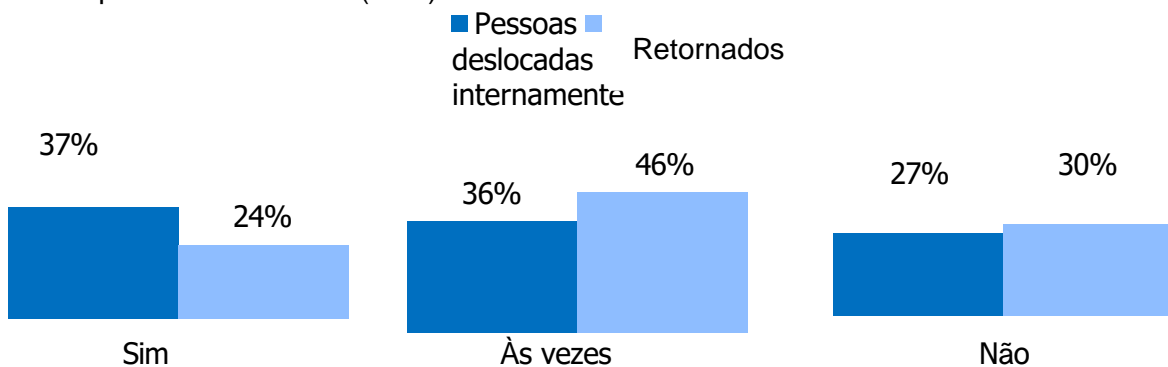
Acesso à Informação: Por género

Um número significativamente maior de mulheres inquiridas (32%) declara não ter recebido informações do que os homens inquiridos com 21%.



Acesso à Informação: Deslocados Internos vs Retornados

A percentagem de deslocados inquiridos (37%) que declaram ter recebido informações é significativamente superior à dos inquiridos Retornados (24%).



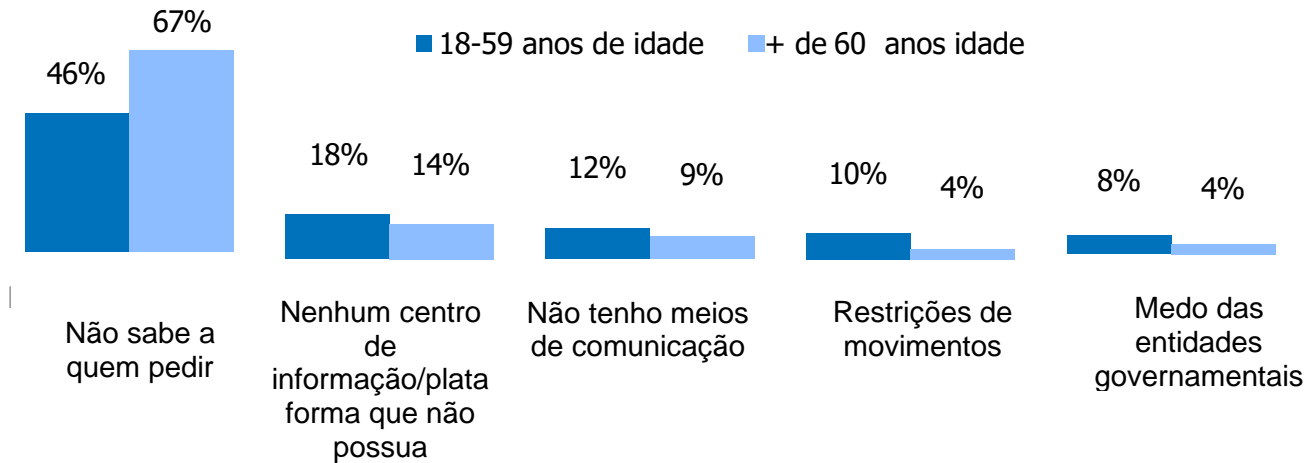
Razões de não receberem informações

De um modo geral, entre os 28% de inquiridos que afirmam não receber informações sobre soluções duradouras, serviços, assistência, segurança e outros assuntos relacionados com o seu deslocamento, a maior parte afirma que isso se deve ao facto de não saberem a quem recorrer.



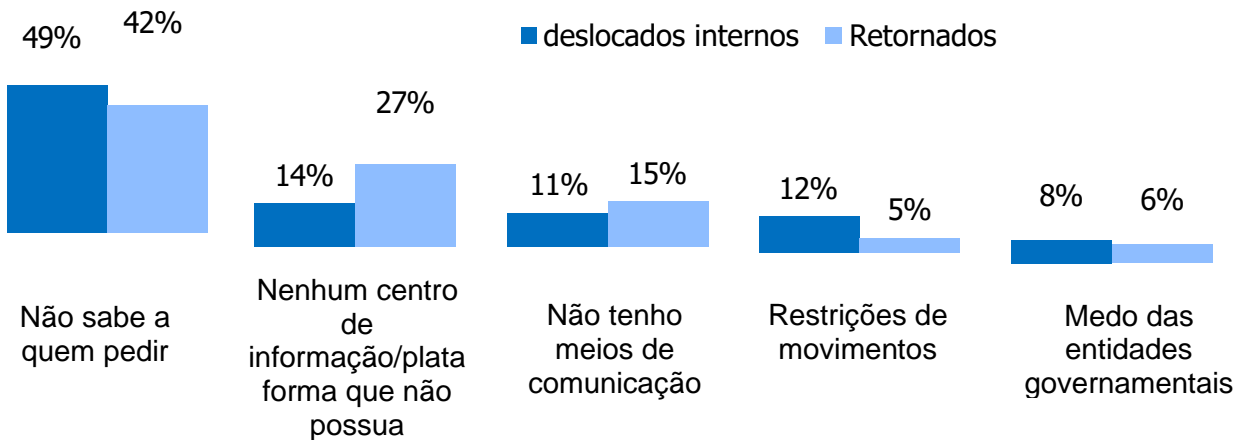
Razões de não receberem informações: **por idade**

Entre os inquiridos que não recebem informações sobre soluções duradouras, serviços, assistência, segurança e outros assuntos relacionados com o seu deslocamento, o número de pessoas mais velhas (33%) que sabem a quem perguntar é significativamente menor do que o dos jovens (54%).



Razões de não receberem informações: **Deslocados Internos vs Retornados**

Um número significativamente maior de inquiridos Retornados declara a falta de centros ou plataformas de informação (27%) como a razão da sua falta de informação, em comparação com os deslocados inquiridos (14%).



"Os agentes humanitários e o Governo deveriam também prestar-nos assistência, tal como fazem com os deslocados, porque abdicámos das nossas terras para os ajudar, apesar de dependermos delas para a nossa subsistência."

- Mulher da comunidade de acolhimento, Maningane, distrito de Chiure, Cabo Delgado

Fontes de informação efectivas e preferidas

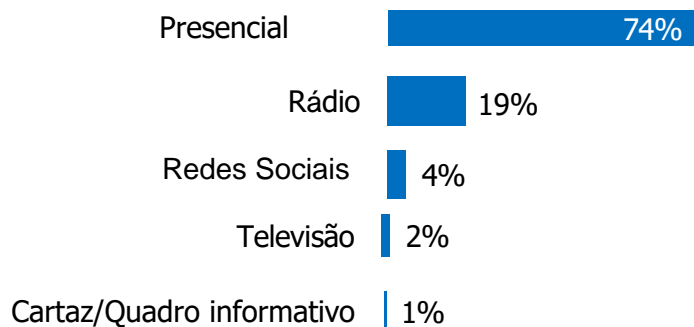
Em geral, a maioria dos inquiridos indica as estruturas comunitárias (líderes) como a sua verdadeira fonte de informação (ver gráfico à direita). É de salientar que os líderes comunitários recebem grande parte da sua informação de outras fontes governamentais, que depois transmitem à comunidade.



As discussões dos grupos de foco e as entrevistas com os informadores também revelaram que os líderes comunitários continuam a ser fontes de informação geral de confiança e preferenciais. No entanto, muitas pessoas também apelaram à eliminação dos intermediários na prestação de informações, preferindo receber informações específicas directamente do Governo, dos agentes humanitários e de desenvolvimento, de acordo com as suas competências. O Governo é a fonte de informação sobre questões de segurança e serviços públicos disponíveis. Os agentes humanitários são a fonte de informação sobre a assistência humanitária. Os intervenientes no desenvolvimento são a fonte de informação para projectos de reconstrução e outras iniciativas orientadas para o desenvolvimento.

Canais de informação efectivos e preferidos

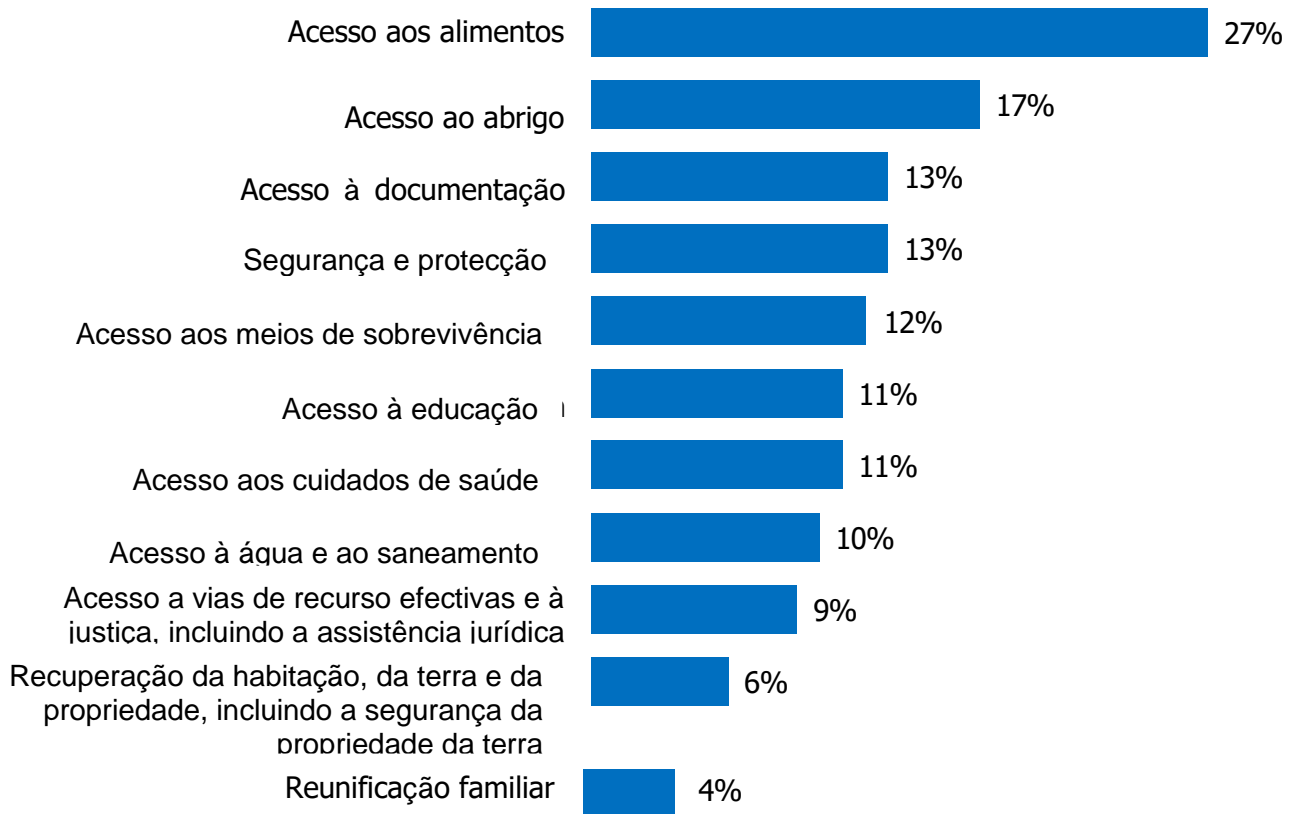
De um modo geral, a maioria dos inquiridos recebe informações presencialmente, seguindo-se a rádio (ver gráfico à direita).



As entrevistas com os informadores e as discussões com os grupos de foco confirmam que os canais de informação *preferidos* das pessoas estão alinhados com os actuais: presencial e por rádio.

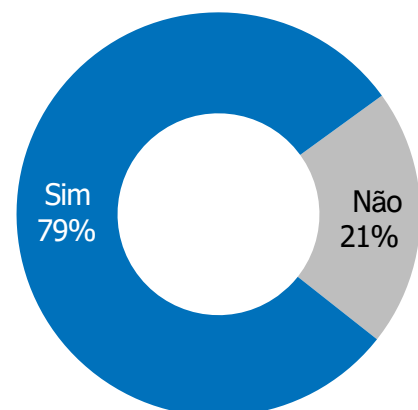
Necessidades de Informação

Os tipos de informação de que as pessoas necessitam são os seguintes.¹⁸



Informações necessárias sobre o local de origem?

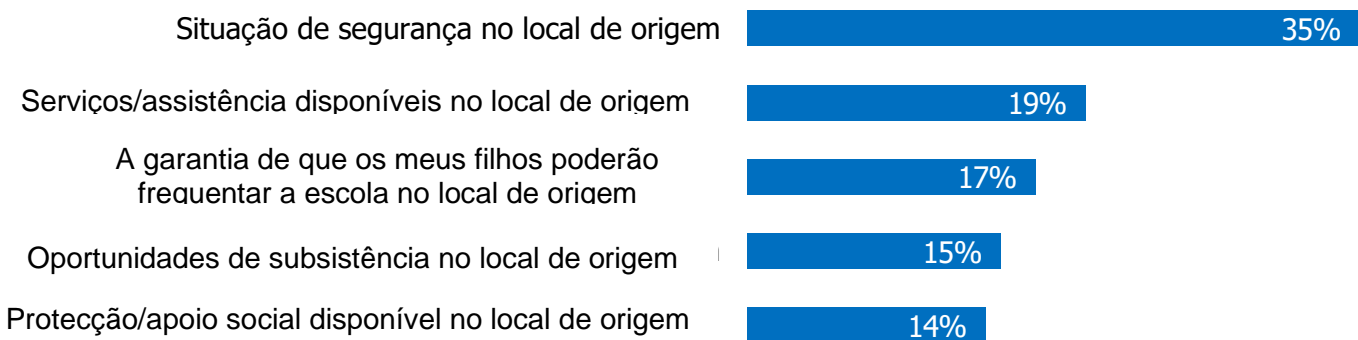
De um modo geral, entre os 35% de inquiridos que pretendem retornar, 79% declaram ter informações suficientes sobre o local de origem para o poderem fazer.



¹⁸ Baseado no [Quadro do Comité de Apoio a Soluções Duradouras para Pessoas Deslocadas Internamente \(IASC\)](#). O acesso à alimentação, ao abrigo, à educação, à água/saneamento e aos cuidados de saúde constituem, no seu conjunto, os critérios do IASC relativos ao "nível de vida adequado". Importa notar que os critérios do IASC relativos à "participação nos assuntos públicos" não foram abordados nas consultas à comunidade durante este projecto-piloto do primeiro Semestre de 2024, mas serão abordados no segundo Semestre de 2024.

Tipos de informação necessários sobre o local de origem

Entre os 21% dos inquiridos que declararam não ter informações suficientes sobre o local de origem, 35% declararam precisar de mais informações sobre a situação de segurança no local; 19% sobre os serviços/assistência disponíveis no local; 17% sobre as garantias de que os seus filhos poderão frequentar a escola no local; 15% sobre as oportunidades de subsistência no local; e 14% sobre os serviços de protecção social disponíveis no local. Estas conclusões foram sustentadas por dados qualitativos, em que os participantes nas discussões dos grupos de foco também salientaram a necessidade de informação sobre a situação de segurança, seguida da necessidade de informação sobre os serviços e a assistência disponíveis. Além disso, as raparigas que participaram nas discussões dos grupos de foco mencionaram a necessidade de conhecer o estado das suas casas no local de origem.



Necessidades de informação e comunicação da comunidade de acolhimento

As discussões dos grupos de foco com as comunidades de acolhimento na maioria das localidades e grupos AGD revelaram que os líderes das comunidades de acolhimento são a sua fonte de informação mais fiável, seguidos pelas autoridades governamentais. Em contraste, as raparigas da comunidade de acolhimento em Pemba relataram uma falta de fontes de informação de confiança. Os membros da comunidade de acolhimento também recordam aos fornecedores de informação a importância de comunicar com eles nas línguas locais.

As entrevistas com os informadores revelaram ainda que a informação mais procurada pelas comunidades de acolhimento diz respeito à assistência humanitária, seguida de actualizações sobre a situação de segurança nos distritos afectados pelo conflito em Cabo Delgado. Este facto realça o grande interesse das comunidades de acolhimento em serem incluídas na assistência humanitária e a forma como o acesso à mesma, ou a falta dele, pode ter impacto nas suas relações com as PDIs.

NAMPULA

Intenções sobre Soluções Duradouras ¹⁹ ²⁰



De um modo geral, a maioria dos inquiridos, 70%, referiu que pretende continuar e integrar-se no local de deslocamento; 24% que pretende eventualmente retornar; e 6% estão indecisos. Esta tendência foi também observada nas discussões dos grupos de foco e nas entrevistas com as comunidades, em que a maioria dos inquiridos se mostrou favorável à escolha de continuar, enquanto um número mais reduzido manifestou a intenção de retornar. De salientar que algumas mulheres, homens, raparigas e pessoas com deficiência deslocadas manifestaram o desejo de se deslocarem para outras zonas para encontrarem uma vida melhor.



Consultas comunitárias com homens deslocados no distrito de Erati, Nampula.

" Há muito sofrimento aqui no centro - muita fome, discriminação e falta de emprego. Mas nós não pretendemos retornar; queremos ficar aqui. Só pedimos melhorias nas actuais condições de vida."

— Pessoa idosa deslocada, povoado de Corrane, distrito de Meconta, Nampula

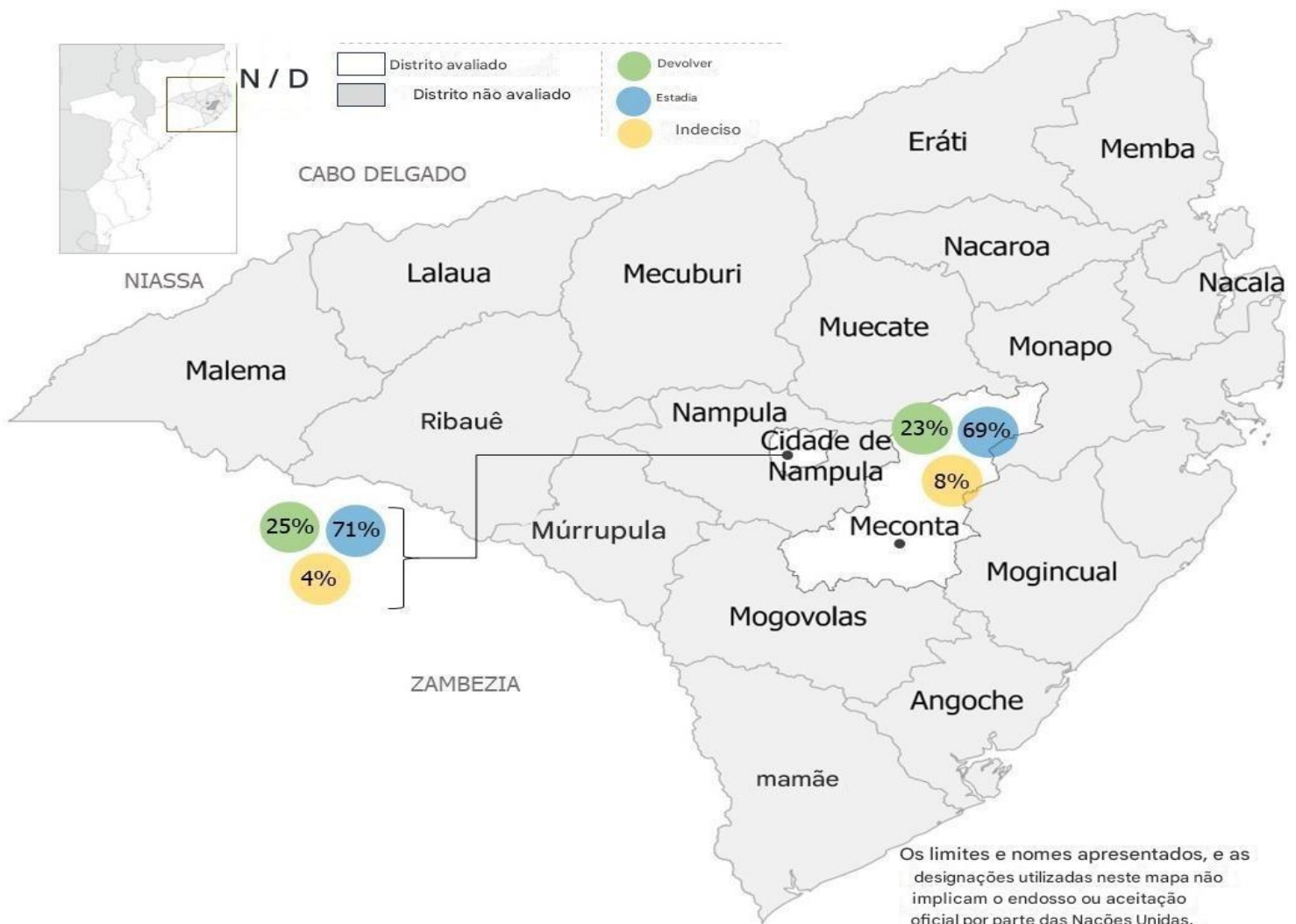
¹⁹ Relativamente às intenções sobre soluções duradouras em Nampula, as conclusões baseiam-se em 364 respostas de agregados familiares.

²⁰ Importa notar que foram recolhidas desagregações-chave para cada indicador, mas só foram visualizadas no relatório se houvesse uma diferença significativa entre as respostas de cada categoria de desagregação. As desagregações obtidas incluem idade, género; agregados familiares com uma pessoa com deficiência vs. agregados familiares sem uma pessoa com deficiência; pessoas deslocadas internamente nos locais vs. pessoas deslocadas internamente nas comunidades de acolhimento; e por distrito de deslocamento.

Intenções: Por distrito de deslocamento

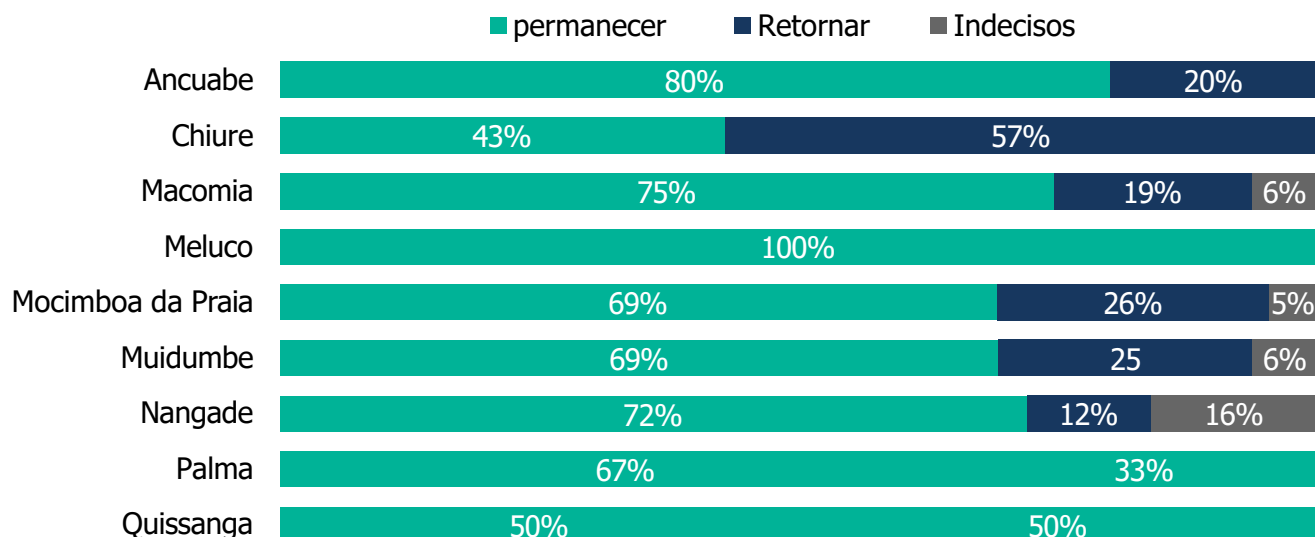
De salientar que as diferenças nas constatações entre os distritos de Nampula e Meconta, para além de representarem as diferenças entre dois distritos, representam simultaneamente as diferenças entre os deslocados que vivem nas comunidades de acolhimento (Nampula) e os que vivem nos locais (Meconta), uma vez que em Nampula os deslocados residem exclusivamente nas comunidades de acolhimento e em Meconta apenas foram entrevistados os deslocados do centro de reassentamento de Corrane.

Uma percentagem ligeiramente superior de inquiridos nas comunidades de acolhimento em Nampula deseja ficar e integrar-se localmente (71%) do que os inquiridos nos locais em Meconta (69%). Da mesma forma, um número ligeiramente superior de inquiridos em Nampula pretende retornar (25%) do que os inquiridos em Meconta (23%). Por outro lado, o dobro da percentagem de inquiridos em Meconta está indeciso (8%) do que em Nampula (4%). As conclusões das discussões dos grupos de centragem (em todas as categorias de AGD) com as pessoas deslocadas em Nampula foram consistentes com as conclusões das consultas quantitativas, revelando que a maioria pretende ficar e integrar-se localmente e que uma percentagem menor, mas significativa, pretende retornar. As conclusões das discussões dos grupos de foco em Meconta foram semelhantes, com a notável exceção de que apenas algumas mulheres e rapazes expressaram o desejo de retornar a casa; todos os outros expressaram a intenção de ficar e integrar-se localmente.



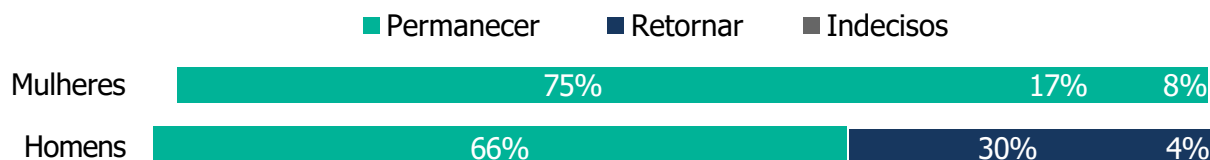
Intenções: Por distrito de origem

Independentemente do local de origem dos inquiridos, a maioria pretende ficar e integrar-se localmente. As duas exceções são os inquiridos de Chiure (57% pretendem retornar) e de Quissanga (50% pretendem retornar).



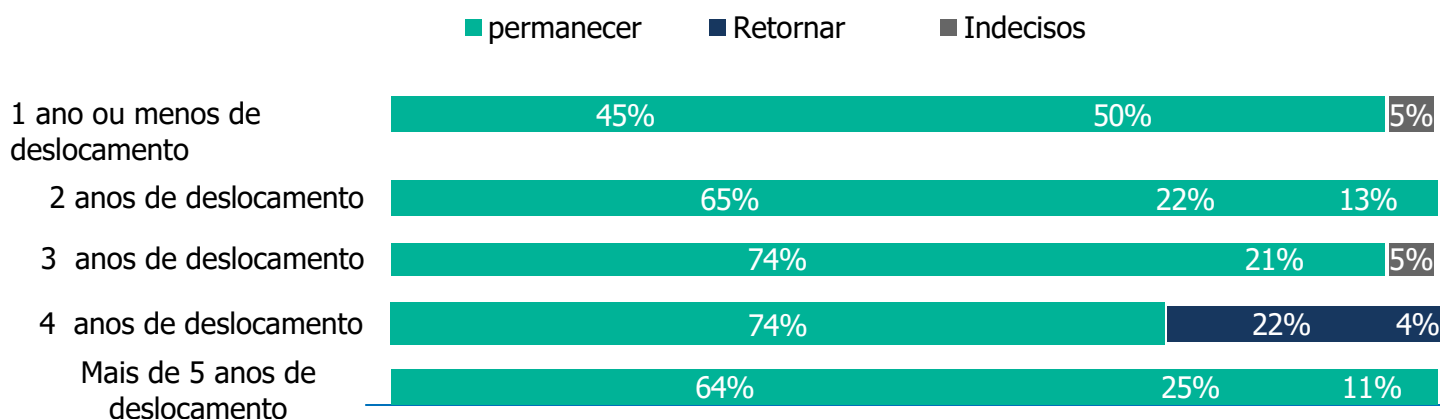
Intenções: Por género

Uma percentagem significativamente mais elevada de homens inquiridos pretende retornar (30%) do que de mulheres inquiridas (17%).



Intenções: Por número de anos de deslocamento

Ao contrário de Cabo Delgado, não existe uma correlação clara entre o número de anos de deslocamento e a intenção de ficar e integrar-se localmente. Embora, de facto, os deslocados inquiridos há um ano ou menos tivessem a intenção mais baixa de permanecer e de se integrar localmente (45%) em comparação com os outros grupos, os deslocados há cinco anos ou mais comunicaram a segunda intenção mais elevada de permanecer e de se integrar localmente (64%) em comparação com os outros grupos, enquanto os deslocados há três e quatro anos comunicaram ambos a intenção mais elevada de permanecer (74%).



Aspirações vs. Acções: Prazos para actuar sobre as intenções

De um modo geral, entre os 24% de inquiridos que pretendem retornar, a maioria (91%) não consegue definir um prazo para agir e, em vez disso, especifica que só estaria disposta a retornar quando a segurança e as condições melhorassem o suficiente para o permitir. Uma percentagem menor de inquiridos declarou que quer retornar imediatamente (5%), no prazo de três meses (2%) e no prazo de seis meses ou mais (2%). Note-se que, quando desagregados por distrito de deslocamento e distrito de origem, não se registaram diferenças significativas entre as respostas. Estes dados quantitativos são apoiados por resultados qualitativos, que mostram que a maioria das pessoas deslocadas que desejam retornar só estão dispostas a fazê-lo quando a situação de segurança no seu local de origem melhorar, independentemente do seu atual local de deslocamento.



Razões pelas quais pretende ficar e integrar-se localmente

" A minha intenção é ficar aqui porque a guerra lá em casa continua. O sofrimento e a fome que passamos fazem-nos pensar em retornar a casa, mas a guerra retém-nos aqui, apesar das muitas dificuldades. "

— Pessoa deslocada com deficiência, centro de reassentamento de Corrane, distrito de Meconta, Nampula

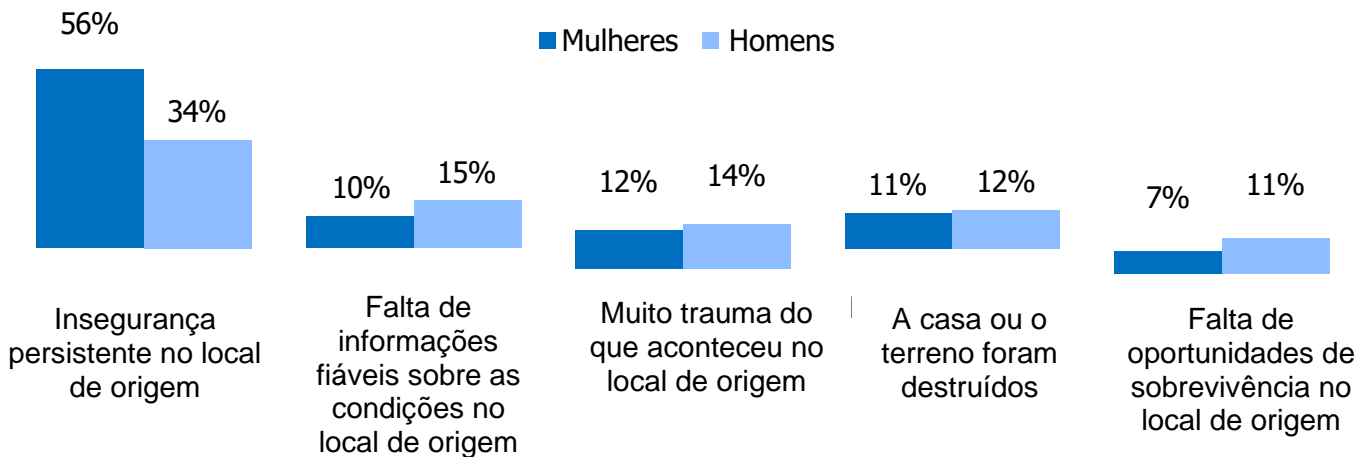
De um modo geral, entre os 70% dos inquiridos que pretendem ficar e integrar-se localmente, a principal razão referida foi a continuação da insegurança no local de origem (42%), seguida da falta de informação fiável sobre as condições no local de origem (13%) e de demasiados traumas resultantes do que aconteceu no local de origem (13%).

De acordo com os resultados quantitativos, os dados das discussões dos grupos de foco e das entrevistas com o informador indicam que a insegurança contínua no local de origem é o principal factor que influencia a intenção das pessoas deslocadas de permanecerem e de se integrarem localmente. É notório que apenas 5% dos inquiridos citam "sentir-se integrado" no local de deslocamento como motivo para ficar, o que sugere que a sua intenção de ficar é principalmente motivada por condições não favoráveis no local de origem.



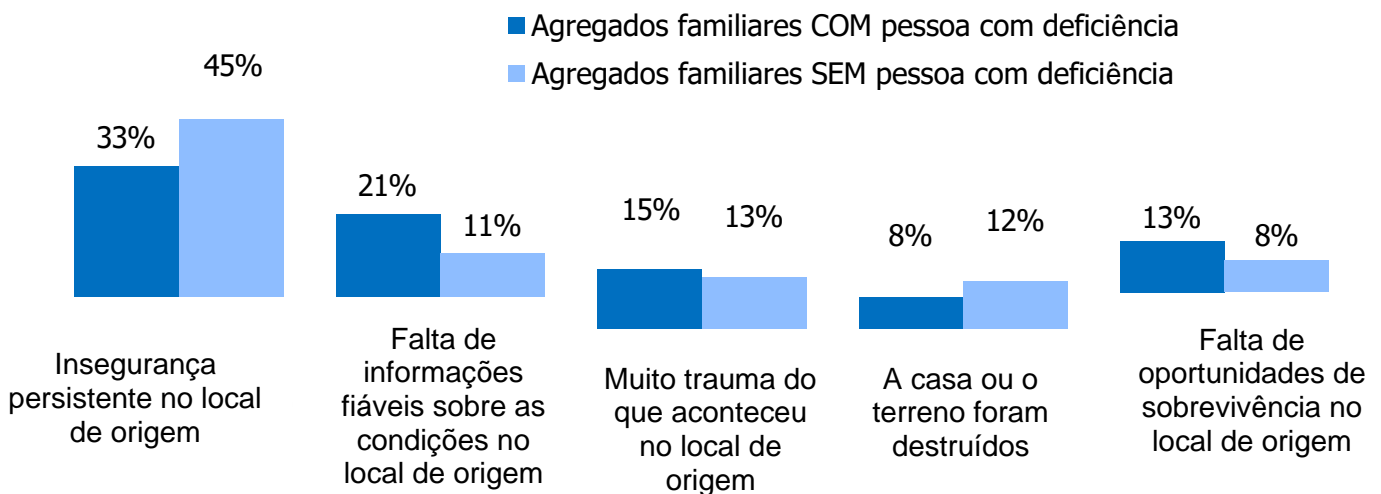
Razões pelas quais pretende permanecer e integrar-se localmente: **Por género**

Uma percentagem mais elevada de mulheres inquiridas (56%) referiu a insegurança contínua no local de origem como uma razão para permanecer, em comparação com os homens inquiridos (34%). No entanto, as conclusões das discussões dos grupos de centragem sugerem que a insegurança no local de origem é igualmente importante tanto para as mulheres como para os homens na decisão de ficar. Em particular, as mulheres deslocadas, tanto em Meconta como na cidade de Nampula, citaram o trauma associado ao seu deslocamento como uma razão para quererem ficar no seu local actual, enquanto que nenhum dos homens entrevistados nas discussões dos grupos de centragem mencionou o trauma como um factor que influencia a sua decisão de ficar.



Razões que justificam a intenção de permanecer e de se integrar localmente: **Por deficiência**

Uma proporção significativamente mais elevada de agregados familiares com uma pessoa com deficiência (21%) referiu a falta de informações fiáveis sobre o local de origem como uma razão pela qual tencionam ficar e integrar-se localmente, em comparação com os agregados familiares sem uma Pessoa com Deficiência (11%).



Razões pelas quais pretende retornar

" Queremos retornar por causa do sofrimento que passamos aqui. A vida é extremamente difícil - dormimos no chão e muitas vezes não temos comida."

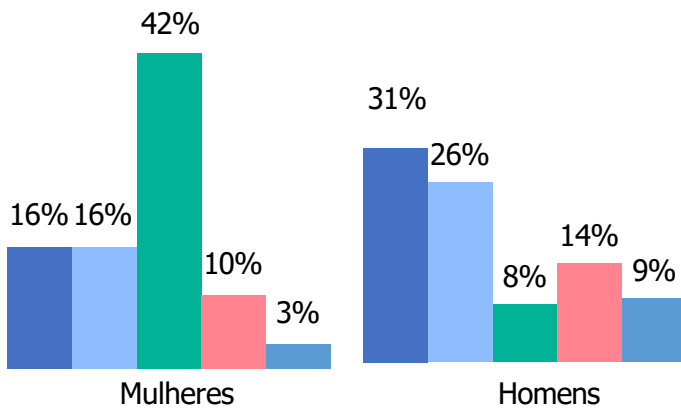
— Mulher deslocada a viver na comunidade de acolhimento na cidade de Nampula, Nampula

De um modo geral, entre os 24% de inquiridos que pretendem retornar, as principais razões citadas são a falta de oportunidades de subsistência no local de deslocamento (28%), a falta de serviços/assistência no local de deslocamento (24%), o acesso a Habitação, Terrenos e Propriedades no local de origem (15%) e o conflito com a comunidade de acolhimento no local de deslocamento (13%). Do mesmo modo, durante as discussões dos grupos de centragem, a razão mais citada para querer retornar foram as difíceis condições de vida enfrentadas no local de deslocamento, em vez de uma integração local bem-sucedida. A falta de oportunidades de subsistência e a insuficiência de alimentos e assistência no local de deslocamento, bem como o acesso a serviços de saúde no local de origem, foram razões particularmente prevaletentes para querer retornar. As pessoas deslocadas mais velhas que vivem em comunidades de acolhimento enfatizaram um profundo sentimento de ligação ao seu local de origem como uma razão para quererem retornar a casa. Além disso, as mulheres deslocadas em Meconta expressaram o desejo de retornar à sua propriedade, família e ambiente familiar, vendo um potencial para melhores oportunidades económicas e o reinício das actividades agrícolas no seu local de origem.



Razões pelas quais pretende retornar: Por género

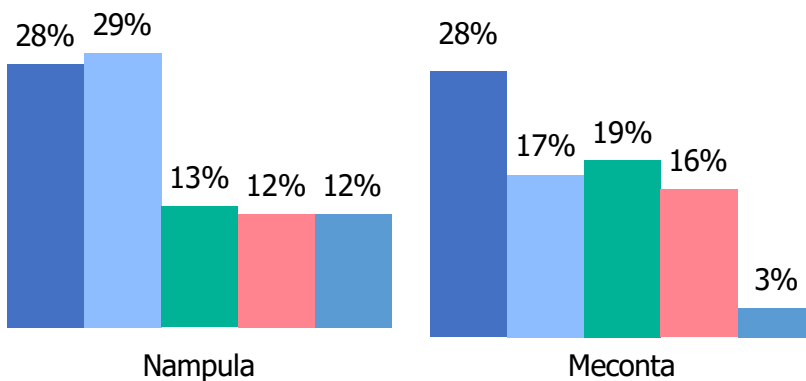
Uma percentagem significativamente mais elevada de homens inquiridos referiu a falta de oportunidades de subsistência (31%) e a falta de serviços/assistência (26%) no local de deslocamento como razões para querer retornar do que as mulheres inquiridas (16% para ambas as categorias). Por outro lado, uma proporção significativamente mais elevada de mulheres inquiridas referiu o acesso a Habitação, terras e propriedades no local de origem (42%) como motivo para querer retornar, em comparação com os homens inquiridos (8%).



- Falta de oportunidades de subsistência no local de deslocamento
- Falta de serviços/assistência no local de deslocamento
- Para aceder à minha habitação, terra ou propriedade no meu local de origem
- Conflitos com a comunidade de acolhimento no local de deslocamento
- Insegurança no local de deslocamento

Razões pelas quais pretende retornar: Por distrito de deslocamento ²¹

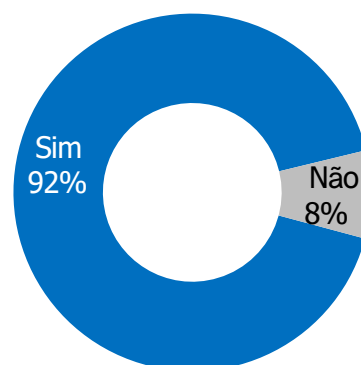
Uma percentagem mais elevada de pessoas deslocadas nas comunidades de acolhimento em Nampula (29%) referiu a falta de serviços/assistência no local de deslocamento como uma razão para retornar, em comparação com as pessoas deslocadas nos locais em Meconta (17%)



- Falta de oportunidades para a subsistência no local de deslocamento
- Falta de serviços/assistência no local de deslocamento
- Aceder à minha habitação, terra ou propriedade no meu local de origem
- Conflitos com a comunidade de acolhimento no local de deslocamento

Unificação familiar nos Retornos

De um modo geral, entre os 24% de inquiridos que tencionam retornar, 92% referiram que pretendem fazê-lo com toda a família.



²¹ Importa referir que as diferenças nas constatações entre os distritos de Nampula e Meconta, para além de representarem as diferenças entre dois distritos diferentes, representam simultaneamente as diferenças entre os deslocados que vivem nas comunidades de acolhimento (Nampula) e os que vivem nos locais (Meconta), uma vez que em Nampula os deslocados entrevistados residem exclusivamente nas comunidades de acolhimento e em Meconta apenas foram entrevistados os deslocados do assentamento de deslocados internos de Corrane.

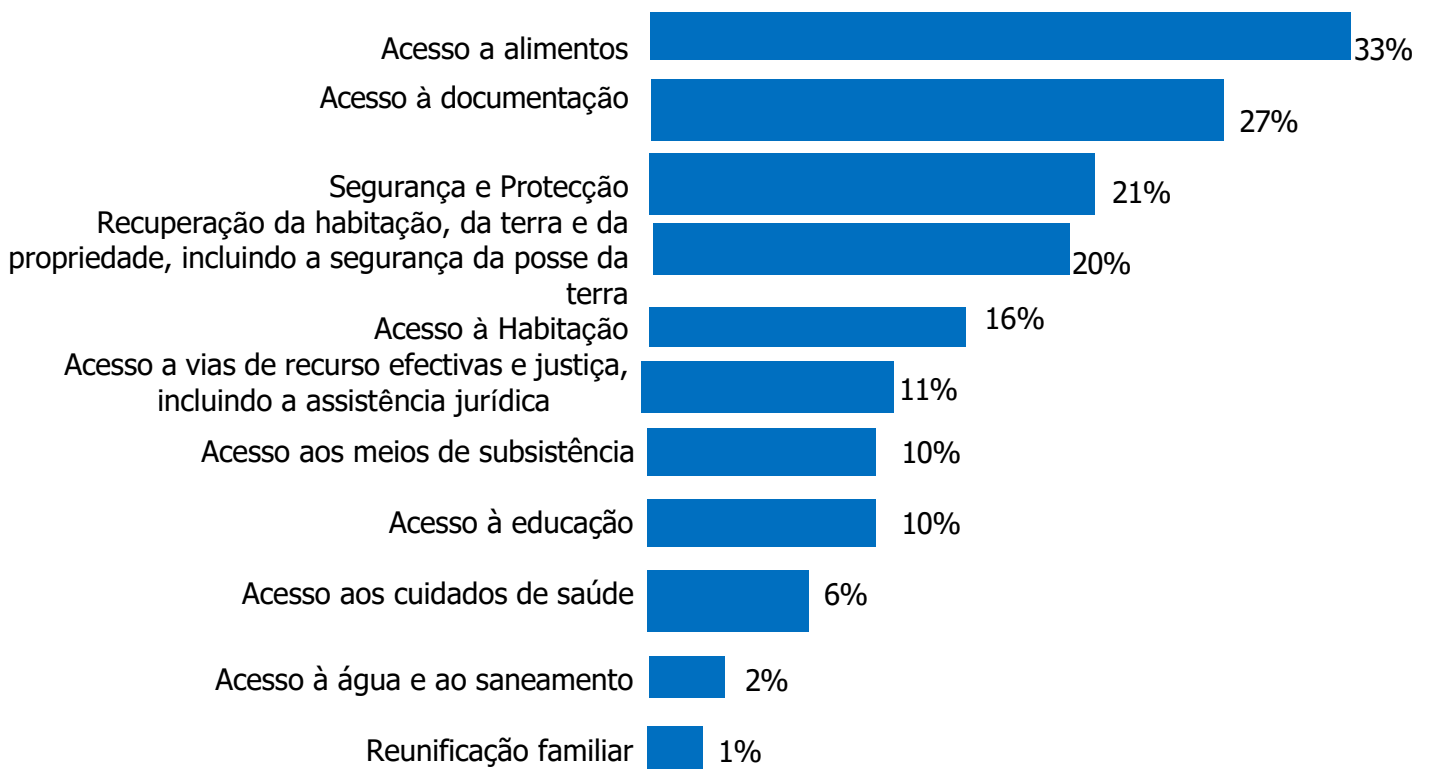
Desafios à Integração Local²²

"Se houver uma forma de atribuir terras para os deslocados internos cultivarem, seria muito melhor. Eles poderiam viver aqui e exercer as suas actividades."

— Líder da comunidade de acolhimento, Cidade de Nampula, Nampula

Desafios à integração local

Com base nos critérios do IASC²³ para alcançar soluções duradouras, são as seguintes²⁴ as necessidades relatadas que colocam desafios persistentes à integração local efectiva das pessoas deslocadas em Nampula.



²² Convém notar que foram recolhidas as principais desagregações para cada indicador, mas só foram visualizadas no relatório se houvesse uma diferença significativa entre as respostas de cada categoria de desagregação. As desagregações obtidas incluem idade, género; agregados familiares com uma pessoa com deficiência vs. agregados familiares sem uma pessoa com deficiência; deslocados internos nos locais vs. deslocados internos nas comunidades de acolhimento; e por distrito de deslocamento.

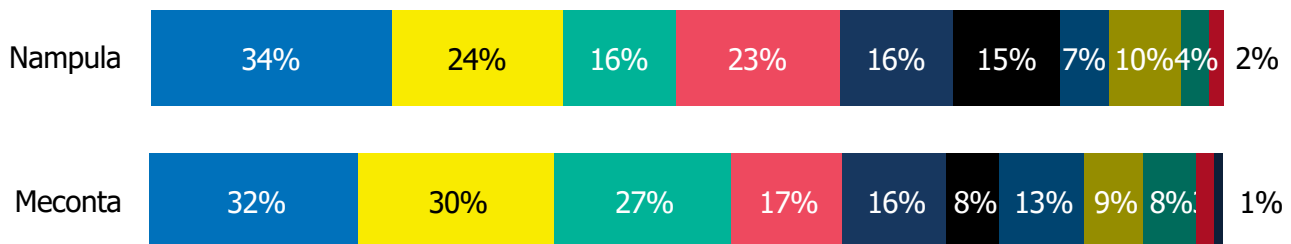
²³ Tal como definido no [Quadro do IASC sobre Soluções Duradouras para Pessoas Deslocadas Internamente](#).

²⁴ O acesso a alimentos, Habitação, educação, água/saneamento e cuidados de saúde constituem, no seu conjunto, os critérios do IASC de "nível de vida adequado". Salienta-se que o critério do IASC "participação nos assuntos públicos" não foi abordado nas consultas à comunidade durante este projecto-piloto do Primeiro Semestre 2024, mas será abordado no Segundo Semestre de 2024.

Desafios à integração local: Por Distrito

A seguir, apresentam-se as necessidades relatadas (com base nos critérios do IASC) que colocam desafios à integração local efectiva das pessoas deslocadas por distrito.

- Acesso a alimentos
- Acesso à documentação
- Segurança e Protecção
- Recuperação da habitação, da terra e da propriedade, incluindo a segurança da posse da terra
- Acesso à Habitação
- Acesso a vias de recurso efectivas e justiça, incluindo a assistência jurídica
- Acesso aos meios de subsistência
- Acesso à educação
- Acesso aos cuidados de saúde
- Acesso à água e ao saneamento
- Reunificação familiar



Desafios da comunidade de acolhimento

As entrevistas com membros da comunidade de acolhimento em Nampula revelaram a existência de muitos desafios, alguns anteriores ao conflito em Cabo Delgado, outros agravados pelo afluxo de deslocados internos. Os principais desafios citados incluem o acesso limitado a terras agrícolas, a falta de alimentos e a falta de habitação adequada. Embora os conflitos entre pessoas deslocadas internamente e membros da comunidade de acolhimento sejam em geral muito mais relatados pelas pessoas deslocadas internamente, um líder da comunidade de acolhimento relatou que membros da comunidade de acolhimento perpetraram VBG contra pessoas deslocadas internamente, o que confirma o que as pessoas deslocadas internamente relataram em todas as zonas de deslocamento.

Informação e Comunicação sobre Soluções Duradouras²⁵



©UNHCR/Ivone Kachidza

Reforço da capacidade de protecção das pessoas deslocadas no centro de reassentamento de Corrane, como um passo no seu percurso para a integração local.

"As organizações humanitárias e o governo devem visitar-nos regularmente, para compreender as nossas dificuldades e prestar assistência. Não nos devem esquecer; precisamos do seu apoio."

— Homem deslocado a viver na comunidade de acolhimento na cidade de Nampula, Nampula

Acesso à informação

De um modo geral, a maioria dos inquiridos afirma ter recebido informações insuficientes sobre soluções duradouras, serviços, assistência, segurança e outras questões, com 39% a afirmarem que não receberam nenhuma informação e 15% a afirmarem que só a receberam algumas vezes.

46%

Sim

15%

Às vezes

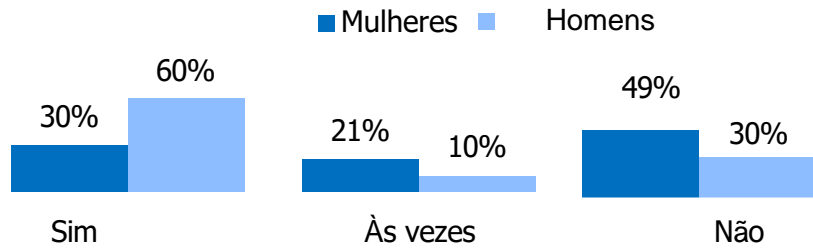
39%

Não

²⁵ Importa notar que foram recolhidas as principais desagregações para cada indicador, mas só foram apresentadas no relatório caso houvesse uma diferença significativa entre as respostas de cada categoria de desagregação. As desagregações obtidas incluem idade, género; agregados familiares com uma pessoa com deficiência vs. agregados familiares sem uma pessoa com deficiência; pessoas deslocadas internamente nos locais vs. pessoas deslocadas internamente nas comunidades de acolhimento; e por distrito de deslocamento.

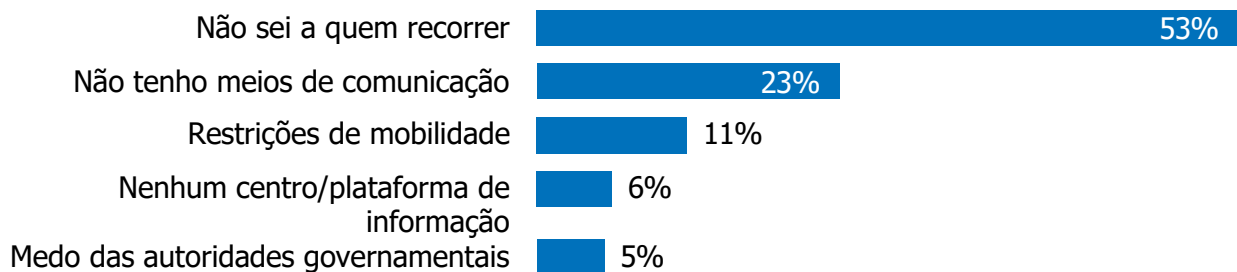
Acesso à informação: Por género

Uma percentagem significativamente mais elevada de mulheres inquiridas, 49%, declara não ter recebido nenhuma informação em comparação com os homens inquiridos em 30%.



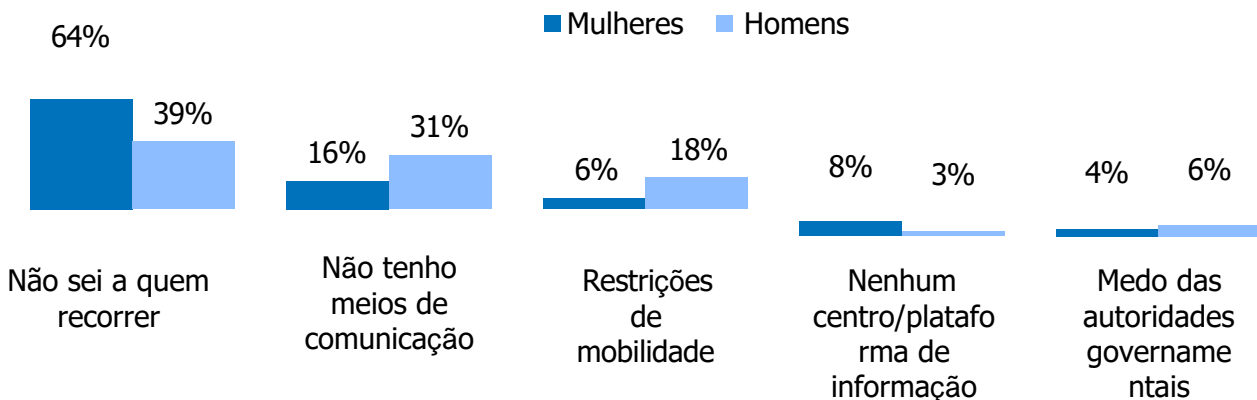
Barreiras na recepção de informações

De um modo geral, entre 39% dos inquiridos que não recebem informações, a maioria com 53% afirma não saber a quem recorrer.



Barreiras na recepção da informação: Por género

O número de mulheres inquiridas (em 64%) que não sabem a quem recorrer é significativamente superior ao dos homens (em 39%), ao passo que o número de homens inquiridos (em 31%) que não dispõem de um meio de comunicação é superior ao das mulheres (em 16%).

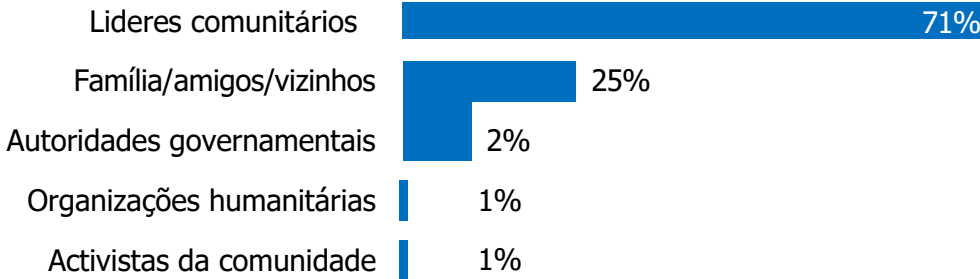


Fontes de informação efectivas e preferidas

Em geral, a maioria dos inquiridos declara que as autoridades comunitárias (líderes) são a sua principal fonte real de informação (ver gráfico abaixo). Saliente-se que os líderes comunitários recebem grande parte da sua informação de outras fontes governamentais, que depois transmitem à comunidade.

As discussões dos grupos de foco e as entrevistas com os informadores também revelaram que os líderes comunitários continuam a ser fontes de confiança e preferenciais de informação em geral, mas muitas pessoas também pediram a eliminação dos intermediários no fornecimento de informação,

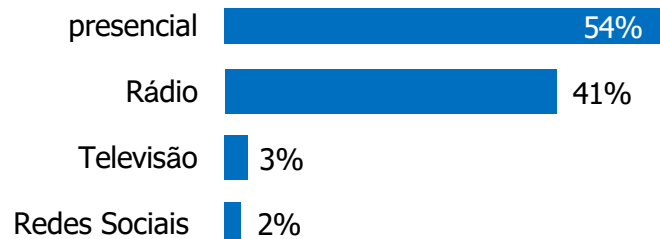
preferindo receber informações específicas directamente do Governo, dos agentes humanitários e de desenvolvimento, de acordo com as suas competências. Em especial, as entrevistas com os líderes comunitários revelaram que estes não são capazes de fornecer informações às suas comunidades sobre soluções a longo prazo.



Canais de informação efectivos e preferidos

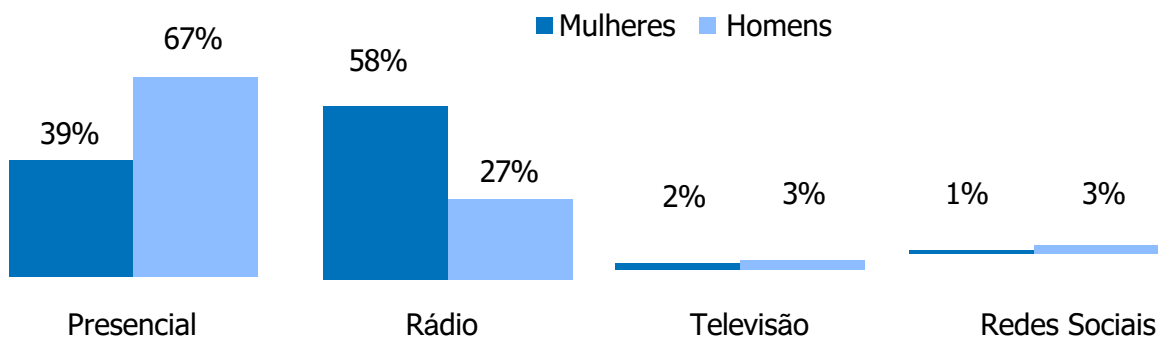
De um modo geral, a maior parte dos inquiridos afirma ter recebido informações directamente, seguindo-se a rádio (ver gráfico à direita).

As entrevistas com os informadores e as discussões dos grupos de foco confirmam que os canais de informação preferidos pelas pessoas estão alinhados com os canais actuais; presencialmente e por rádio.



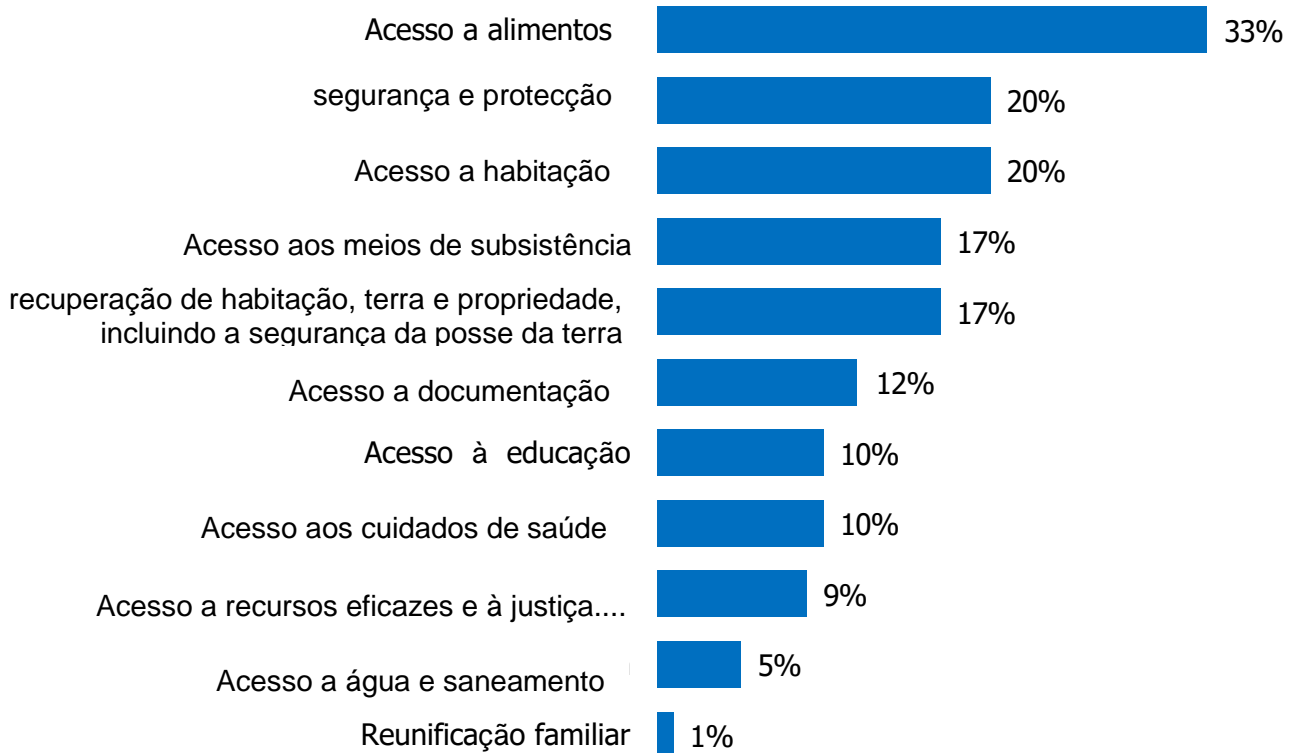
Canais de informação efectivos: Por género

Uma percentagem significativamente mais elevada de homens inquiridos com 67% declara receber informações presencialmente do que as mulheres inquiridas com 39%, enquanto uma percentagem significativamente mais elevada de mulheres inquiridas com 58% declara recebê-las via rádio do que os homens com 27%.



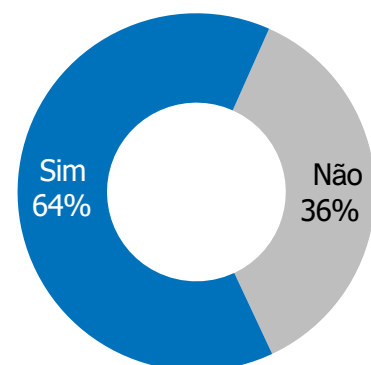
Necessidades de informação

Os principais tipos de informação solicitados pelos inquiridos²⁶ são sobre o acesso a alimentos (33%); segurança e protecção (20%); acesso a habitação (20%); acesso a meios de subsistência (17%); recuperação de habitação, terra e propriedade, incluindo a segurança da posse da terra (17%); acesso a documentação (12%); acesso à educação (10%); acesso aos cuidados de saúde (10%); acesso a recursos eficazes e à justiça, incluindo assistência jurídica (9%); acesso a água e saneamento (5%); e reunificação familiar (1%).



Informações necessárias sobre o local de origem?

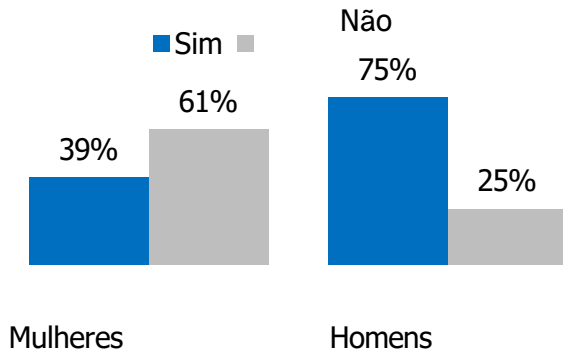
De um modo geral, entre os 24% de inquiridos que pretendem retornar, 36% afirmaram não dispor de informações suficientes sobre o local de origem para o poderem fazer.



²⁶ Baseado no [Quadro do IASC sobre Soluções Duradouras para Pessoas Deslocadas Internamente](#). O acesso à alimentação, à habitação, à educação, à água/saneamento e aos cuidados de saúde constituem, no seu conjunto, os critérios do IASC relativos ao "nível de vida adequado". Convém notar que os critérios do IASC relativos à "participação nos assuntos públicos" não foram abordados nas consultas à comunidade durante este projecto-piloto do Primeiro Semestre de 2024, mas serão abordados no Segundo Semestre de 2024.

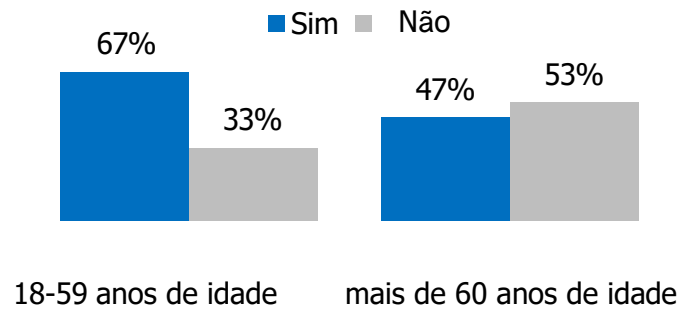
Informações necessárias sobre os locais de origem: **Por género**

Uma percentagem mais elevada de mulheres inquiridas (61%) afirmou não dispor de informações suficientes sobre o local de origem para poder retornar em comparação com os homens inquiridos (25%).



Informações necessárias sobre os locais de origem: **Por idade**

Uma percentagem mais significativa de inquiridos de idade mais avançada (53%) declarou não dispor de informações suficientes sobre o local de origem para poder retornar do que os inquiridos mais jovens (33%).

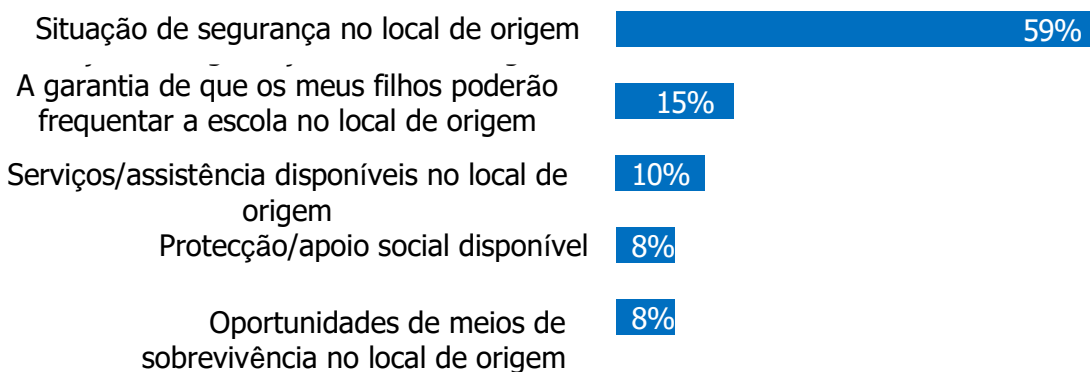


Tipos de informações necessárias sobre o local de origem

"Nós confiamos nos nossos familiares para nos informarem sobre as condições de segurança, mas não temos ninguém em quem possamos confiar para fornecer informações sobre a assistência e os serviços disponíveis."

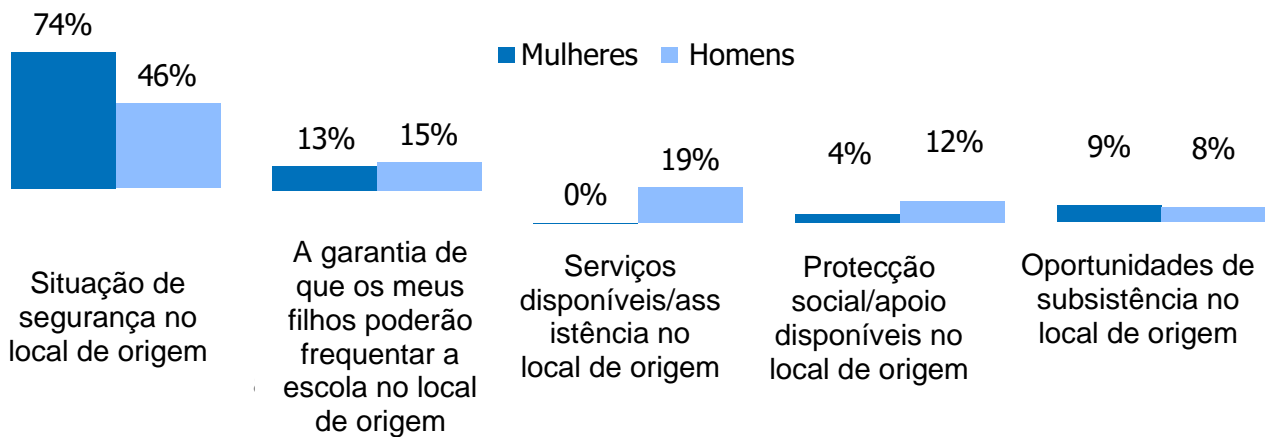
— Uma pessoa idosa deslocada a viver na comunidade de acolhimento na cidade de Nampula, Nampula

De um modo geral, entre os 24% dos inquiridos que pretendem retornar, a maioria (59%) afirmou necessitar de informações sobre a situação de segurança no local de origem para o poder fazer, tendo em seguida a garantia de que os seus filhos poderão frequentar a escola no local de origem (15%). Em todos os tipos de população, grupos de diversidade, géneros e idades, os participantes dos FGD enfatizaram consistentemente que a sua principal necessidade de informação antes de poderem agir com base numa intenção de Retorno é a situação de segurança no seu local de origem, o que está de acordo com os resultados quantitativos. No entanto, ao contrário dos dados quantitativos, os resultados qualitativos revelaram que a segunda necessidade mais mencionada foi a informação sobre o bem-estar e a saúde dos membros da família que ainda vivem no local de origem, seguida da disponibilidade de serviços e assistência no local.



Tipos de informações necessárias sobre o local de origem: Por género

Uma percentagem mais elevada de mulheres inquiridas (74%) referiu precisar de informações sobre a situação de segurança no local de origem para poder retornar do que os homens inquiridos (46%). Os dados qualitativos, no entanto, mostram que as mulheres e os homens deslocados em Meconta e na cidade de Nampula precisam igualmente de informações sobre a situação de segurança no local de origem para poderem retornar. Em consonância com os resultados quantitativos, apenas os homens expressaram a necessidade de informação sobre os serviços e assistência disponíveis no local de origem para poderem retornar. De forma notável, as mulheres deslocadas em centros de acolhimento de deslocados foram o único grupo de discussões dos grupos de foco a expressar a necessidade de informação sobre as condições de escolaridade dos seus filhos no local de origem como um pré-requisito para o Retorno.



A mulher deslocada e voluntária comunitária, Gracinda Torado, envolve os membros da sua comunidade para os apoiar na resolução das necessidades de protecção que constituem barreiras à integração local no local de deslocamento de Megaruma, distrito de Chiure, Cabo Delgado

“Permanecer aqui e fazer uma vida significa encontrar forças na nossa comunidade. Ajudando-nos uns aos outros, podemos elevar-nos e criar soluções locais em conjunto. O nosso poder reside na nossa união”.

— Gracinda, mulher deslocada e voluntária comunitária, Chiure, Cabo Delgado

CONSULTAS COMUNITÁRIAS SOBRE SOLUÇÕES DURADOURAS

PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA AS PESSOAS DESLOCADAS NO NORTE DE MOÇAMBIQUE

Janeiro - Junho de 2024



UNHCR

179 Rua Periera Marinho
Caixa Postal 1198, Maputo, Mozambique
lefenfez@unhcr.org

www.unhcr.org

